

Élites locais e competição eleitoral em 1911

1. INTRODUÇÃO

As normas reguladoras do processo eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1911 consagraram um princípio inédito em Portugal: o da proclamação automática como deputados dos candidatos concorrentes, nos círculos em que o número destes não ultrapassasse o daqueles. Realizaram-se eleições em 30 círculos, sobre um total de 51, no continente e Ilhas¹.

Tem este estudo incidência exclusiva num círculo onde o acto eleitoral foi particularmente disputado: o círculo n.º 30, que tinha por sede Alcobça. A lista oficial do Partido Republicano Português, sancionada pelo respectivo Directório, teve aí de defrontar uma lista patrocinada pelo Centro Republicano Miguel Bombarda, criado, logo em Novembro de 1910, nas Caldas da Rainha. Os resultados deram a vitória à primeira lista, por uma margem reduzida.

Analisaremos esses resultados e o conjunto de circunstâncias políticas que lhes estão associadas. Acompanharemos o desenrolar do conflito que desemboca nas eleições de 28 de Maio de 1911, recuando a um momento anterior à Revolução de 5 de Outubro na medida em que a ele remontem antecedentes significativos. Uma vez que foi sobretudo nas Caldas da Rainha que se polarizou o debate e se deu corpo à alternativa, dispensar-se-á especial atenção ao decurso do processo político neste concelho, entre Outubro de 1910 e Maio de 1911.

Esta investigação, com um objecto relativamente circunscrito, insere-se num projecto de estudo da vida política local portuguesa, nos planos da formação e reprodução de *élites* e da criação e partilha, por elas, dos equipamentos de acção política.

2. AS ELEIÇÕES

A 28 de Abril de 1911, o Governo Provisório da República marcou a data das eleições da Constituinte para um mês depois. Mas a sua regulamentação principiara antes. A primeira formulação da Lei Eleitoral é de 14 de Março e culmina um período de hesitação e desencontro de opiniões, nas diversas instâncias do poder triunfante, quanto à necessidade e oportunidade de realização de eleições gerais no País.

¹ António Pinto Ravara, *Acerca das Eleições de 1911*, separata de *Clio*, vol. 3, 1981, p. 149.

Prevalecendo as teses favoráveis à consulta, é notório o empenhamento do Governo, através do Ministério do Interior, em que elas se realizem o mais rapidamente possível. Tal preocupação acentua-se ao longo dos meses de Março e Abril. Por exemplo, um diploma de 18 de Março, referente aos prazos das operações de recenseamento eleitoral, as quais deveriam ter início a 30 de mesmo mês, previa o dia 16 de Junho como data-limite para afixação das relações definitivas do recenseamento. Mas a 5 de Abril já se determinara um recuo dessa data de nada menos que 4 semanas: 12 de Maio. Aliás, o diploma de 5 de Abril introduzia alterações na legislação eleitoral de 14 de Março, sobretudo em aspectos que se prendiam com a celeridade do processo. Justificando as remodelações introduzidas no texto anteriormente publicado, afirmava-se no preâmbulo da lei a «alta conveniência que há em abreviar a abertura e funcionamento da Assembleia Constituinte, por forma a normalizar quanto antes a vida da nação portuguesa».

O Partido e, sobretudo, o Governo dão mostras de urgência na legitimação eleitoral do novo poder. Calam-se as vozes dos discordantes iniciais. Dificuldades internas — manifestas ou previsíveis —, relacionadas com a aplicação de algumas reformas legislativas de grande impacte nacional, e externas, no tocante ao reconhecimento internacional do regime, estarão na origem dessa urgência cada vez mais aceite.

2.1 DISPOSITIVOS ELEITORAIS

Diversos autores² — e até alguns publicistas, ao tempo — realçaram a continuidade entre esta e a anterior legislação monárquica, em aspectos essenciais dos mecanismos eleitorais, como direito de sufrágio, organização do recenseamento, divisão dos círculos, regime de escrutínio.

A capacidade eleitoral é reconhecida aos Portugueses do sexo masculino maiores de 21 anos e que saibam ler e escrever ou sejam chefes de família. Retoma-se, deste modo, uma fórmula da Lei Eleitoral de 8 de Maio de 1878 que se mantivera até 28 de Março de 1895, quando se regressou a uma limitação censitária do eleitorado³.

O recenseamento continua a ser facultativo e as comissões recenseadoras concelhias continuam a ser formadas exclusivamente por autoridades administrativas — presidente da câmara e presidentes das juntas de paróquia, sob fiscalização do administrador de concelho. As comissões — estipula a lei — deveriam utilizar como elemento de informação o anterior recenseamento eleitoral, de meados de 1910, cumprindo-lhe corrigi-lo e, naturalmente, actualizá-lo em face dos requerimentos apresentados pelos novos eleitores.

O Governo Provisório manifesta, igualmente, preferência pelos círculos plurinominais no continente e Ilhas. Ao invés, porém, da legislação de 1895, recusa os grandes círculos — coincidentes com os distritos — e define

² Além de Anónio Pinto Ravara, *op. cit.*, pp. 127-132, Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, 1974, pp. 168-169. Pedro Tavares de Almeida discorda dos anteriores, mas apenas no que concerne a um eventual abandono, por parte dos republicanos, de uma antiga reivindicação: os círculos uninominais. Cf. «Comportamentos eleitorais em Lisboa, 1878-1910», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XXI, 1985, p. 128, nota.

³ Uma exposição criteriosa da legislação eleitoral em vigor entre 1878 e 1910 foi feita por Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, pp. 115-128.

unidades de menor dimensão geográfica, embora muito variável quanto à correspondência entre deputado e número de eleitores.

No que respeita ao regime de escrutínio, a representação de minorias é consagrada através do princípio da representação proporcional (método de Hondt) nos círculos de Lisboa e Porto e do da lista incompleta nos restantes círculos do continente e Ilhas (que deveriam eleger 4 deputados).

Finalmente, e como acima ficou reportado, a ida às urnas é dispensada sempre que se não perfile formalmente competição eleitoral, nem para a maioria nem para a minoria⁴.

Todos estes dispositivos eleitorais sugerem que, mais do que proceder a uma extensa reforma eleitoral, o Governo Provisório ergueu como prioridade a própria realização de eleições. Com frequência, os jornais da época, arautos de diversas tendências republicanas, apelam à unidade em torno da lei, diferindo para a futura Assembleia Constituinte o encargo e a responsabilidade de a rever profundamente.

2.2 O PROCESSO ELEITORAL NO CÍRCULO N.º 30

A constituição dos círculos eleitorais do País é decretada a 20 de Abril de 1911. Nela se estabelece a partilha do distrito de Leiria — que nos últimos tempos da Monarquia formara um único círculo — em dois círculos: o n.º 29, com sede em Leiria, abrangendo os concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Leiria, Alvaiázere, Batalha e Porto de Mós, e o n.º 30, com sede em Alcobaça, formado pelos concelhos de Pombal, Alcobaça, Pederneira⁵, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche⁶.

De todos os aspectos da legislação eleitoral, este, o da divisão dos círculos, é o único que origina polémica com eco público no distrito. As divergências respeitam à pertença do concelho de Pombal ao círculo meridional e à designação de Alcobaça para sede do mesmo círculo.

*O Radical*⁷, semanário que se publica em Leiria, na sua edição de 20 de Abril discorda da não inclusão de Pombal no círculo de Leiria. Mas os protestos mais veementes vêm do próprio concelho em causa, onde o periódico local — *O Imparcial*⁸ —, a 7 de Maio, considera que tal associação de

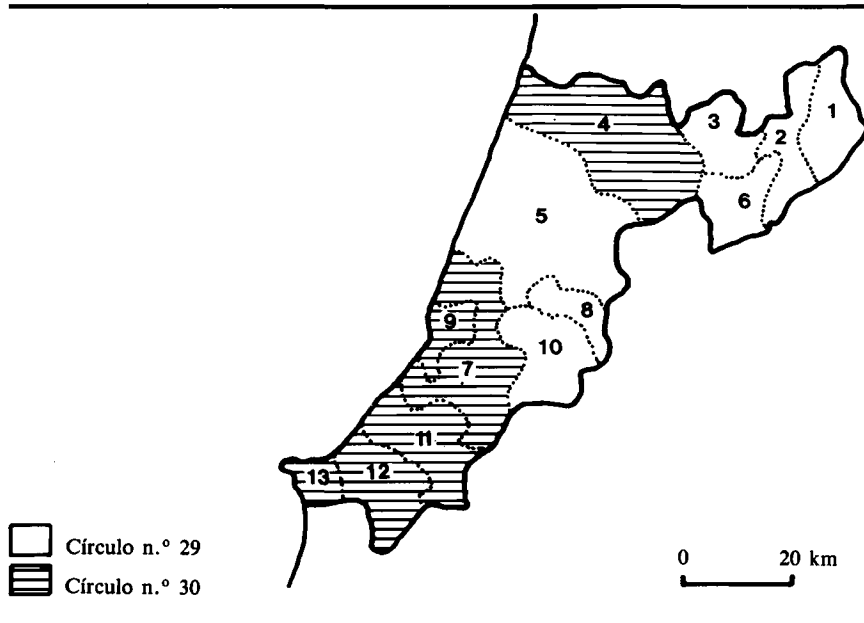
⁴ «Quando o número de candidatos que [...] ou singularmente ou por lista electiva houverem feito a sua declaração de candidatura não exceder a representação parlamentar do círculo, não haverá nesse círculo convocação de assembleias primárias nem operações eleitorais subsequentes, até à verificação de poderes, considerando-se eleitos esses candidatos, salvas as decisões da comissão parlamentar» (artigo 39.º do Decreto com força de lei de 5 de Abril de 1911).

⁵ A perda de funções económicas da Pederneira, em favor da Nazaré, está já praticamente consumada, pelo que a designação do concelho pouco significado conserva, na altura, para além do histórico-tradicional. A transferência da sede do concelho da povoação da Pederneira para a da Nazaré ocorrerá pouco depois.

⁶ Registe-se, diferentemente da situação actual, a não existência de concelhos como Castanheira de Pêra, Marinha Grande e Bombarral, então integrados em Pedrógão Grande, Leiria e Óbidos, respectivamente.

⁷ Semanário republicano que sucede a *O Rebelde* (n.º 1, de 16 de Novembro de 1910) a 2 de Março de 1911. Divergindo da orientação «afonsista» do outro periódico que se publica em Leiria, *Leiria Ilustrada*, aproximar-se-á progressivamente dos «almeidistas», através da influência do jornalista Ribeiro de Carvalho, chefe carbonário e secretário do ministro da Fazenda, José Relvas. Ribeiro de Carvalho assumirá a propriedade e direcção de *O Radical* a 29 de Julho de 1911.

⁸ *O Imparcial*, tendo por complemento do título «semanário independente», já se publicava em Pombal antes do 5 de Outubro. «Independente» significava, neste caso, republicano. Após a constituição do Grupo Parlamentar Democrático na Assembleia Constituinte aderiu aos «afonsistas».



(Concelhos: 1, Pedrógão Grande; 2, Figueiró dos Vinhos; 3, Ansião; 4, Pombal; 5, Leiria; 6, Alvaiázere; 7, Alcobaça; 8, Batalha; 9, Pederneira; 10, Porto de Mós; 11, Caldas da Rainha; 12, Óbidos; 13, Peniche)

concelhos carece de qualquer justificação, económica, social, sequer política.

Antes, a 26 de Março, referira-se ao agrupamento de concelhos proposto em reunião das comissões municipais do partido no distrito, opondo-lhe algumas reservas, mas evidenciando a convicção de que a sede do círculo n.º 30 ficaria em Pombal, por ser o concelho mais populoso.

Efectivamente, a escolha da sede do círculo também não foi pacífica⁹, ao contrário do que se passou quanto ao círculo n.º 29, onde a capital do distrito, Leiria, era inquestionável. Dos concelhos englobados na nova divisão, dois haviam sido, e por longo tempo, sedes de círculos uninominais: precisamente Pombal e Caldas da Rainha. Mas a opção por Alcobaça era praticamente inevitável. A implantação do Partido Republicano no concelho — e, em especial, na vila — dispunha de relativa solidez e tradição. Quer em Abril de 1908, quer em Agosto de 1910, as mesas da vila tinham dado maioria aos republicanos. Acresce que naturais de Alcobaça eram, à época, o governador civil e o membro do Directório republicano, e comerciante em Lisboa, José Cupertino Ribeiro Júnior.

⁹As vantagens operacionais e políticas de se ser sede de círculo são óbvias: é na respectiva Câmara Municipal, e sob a direcção do seu presidente, que funciona a assembleia de apuramento geral do círculo, assistida pelo administrador do mesmo concelho. A essa assembleia compete, entre outras obrigações, a de «julgar de nulidades no recenseamento, formação das mesas, processo eleitoral ou elegibilidade dos candidatos» (artigo 89.º do Decreto com força de lei de 5 de Abril de 1911).

Preterido na indicação para sede do círculo e julgando-se arbitrariamente incluído no conjunto de concelhos do Sul do distrito, Pombal, através do periódico citado, tira a conclusão: «A junção de Pombal ao círculo 30 só serviu para esmagar o corpo eleitoral deste concelho, se não também para justificar a colocação da sede do círculo, que, se não fosse a acrescência de Pombal, só poderia e deveria estar nas Caldas. Formou-se um círculo para a sede, e não a sede para o círculo.»¹⁰

Dos restantes dispositivos eleitorais, a plurinomialidade é objecto de algumas referências, em regra no sentido duma concordância tácita ou pragmática. Os jornais que a comentam (por exemplo, *O Imparcial* e *Semana Alcobacence*¹¹) consideram que, tendo sido esse o critério aconselhado pelos governadores civis, andou bem o Governo ao dar-lhe acolhimento na Lei.

De acordo com o estipulado a 5 de Abril, as operações de recenseamento decorreram ao longo desse mês. Os cadernos eleitorais não dão conta da ocorrência de significativo número de reclamações atendidas pelos juízes¹².

Em consequência do recenseamento, o corpo eleitoral do distrito aumentou. Foram inscritos mais 5855 eleitores, o que corresponde, relativamente ao ano anterior, a um saldo de 15,78%¹³. Note-se, todavia, que os 42 942 eleitores do distrito, em 1911, ficaram ainda assim consideravelmente distantes, como aliás aconteceu no resto do País, dos 49 823 registados em 1890.

Mas os 15,78% de aumento global não se distribuíram equitativamente pelos dois círculos.

De facto, o corpo eleitoral do círculo n.º 30 cresceu 22,58%, enquanto o círculo n.º 29 cresceu apenas 9,44%. A diferença é de tal ordem que exige uma proposta explicativa.

A hipótese mais plausível é a de que o índice de mobilização eleitoral revelado no círculo n.º 30, muito superior ao do n.º 29, é uma função da expectativa gerada em torno da disputa eleitoral. Ao contrário do que se terá passado no círculo de Leiria, o eleitorado virtual acorreu ao recenseamento no de Alcobaca, no pressuposto, aliás confirmado, de que uma competição eleitoral efectiva iria acontecer. Dos vários lados em que se prefiguravam alternativas políticas, os respectivos agentes terão apelado com insistência à inscrição no recenseamento.

Poder-se-ia contra-argumentar com a eventualidade de o corpo eleitoral no círculo 29 já ter atingido em 1910 uma quota elevada de mobilização,

¹⁰ *O Imparcial* de 7 de Maio de 1911.

¹¹ A *Semana Alcobacense* publicava-se em Alcobaca já antes do 5 de Outubro, advogando posições republicanas. Personalidade influente no periódico, onde assinava frequentemente os editoriais, era Afonso Ferreira, indefectível «afonsista».

¹² Consultei os cadernos eleitorais no *Arquivo Histórico Parlamentar*, secção IX, caixas 33 e 34, onde se encontra reunida a documentação relativa ao processo eleitoral do círculo n.º 30. A do círculo n.º 29 não foi depositada no Arquivo, provavelmente por aí se não terem efectuado apuramentos de votos. Apenas os cadernos relativos à assembleia de Óbidos incluíram nomes por determinação do juiz de Direito.

¹³ A fonte utilizada para estes cálculos foi o *Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas)*, organizado pela Direcção-Geral de Estatística do Ministério das Finanças, em 1916. Não tendo tido acesso aos cadernos eleitorais do círculo n.º 29, optei por, neste caso, manipular exclusivamente aquela fonte, apesar de os dados nela fornecidos se afastarem ligeiramente dos que é possível obter, no que concerne ao círculo n.º 30, por consulta directa dos cadernos.

pelo que pouco espaço teria ficado disponível para, um ano transcorrido, receber novos fluxos.

Não parece, todavia, ser esse o caso, antes o inverso. Os recenseados do círculo de Leiria, em 1911, representam 47,72% da população masculina com mais de 19 anos, enquanto o mesmo indicador, no círculo de Alcobça, é de 62,27%¹⁴.

[QUADRO N.º 1]

		Círculo n.º 29	Círculo n.º 30	Distrito
População		129 291	132 711	262 002
População masculina + 19 anos		44 023	35 213	79 236
Corpo eleitoral	1910	19 198	17 889	37 087
	1911	21 012	21 930	42 942
	Taxa de crescimento (percentagem)	9,44	22,58	15,78
	Razão população masculina + 19 anos (percentagem)	47,72	62,27	54,19

Fontes: *Censo Eleitoral da Metrópole e Censo da População de 1911*.

Por outro lado, o crescimento do corpo eleitoral no círculo n.º 30, relativamente a 1910, é sobremaneira expressivo nos seguintes concelhos: o que acaba de, pela primeira vez, ser elevado a sede de círculo, Alcobça (24,17%)¹⁵, e, eloquentemente, Caldas da Rainha (25,55%) e Pombal (58,65%) — o que joga a favor da hipótese avançada.

Estes concelhos são os que, por uma ou por outra razão, mais implicados estão na luta eleitoral em perspectiva aquando da realização do recenseamento.

A escolha dos candidatos processou-se em três momentos: reunião das comissões republicanas de cada um dos concelhos; reunião dos delegados das várias comissões na capital do distrito; finalmente, deliberação do Directório sobre os elencos propostos. Importa salientar, nesta cadência, que as sugestões da base são discutidas e elaboradas, não na sede de cada círculo, mas na do distrito. O que terá as suas consequências, como veremos.

Nas Caldas da Rainha, a Comissão Municipal Republicana reuniu a 7 de Abril e designou um representante à reunião de Leiria, que se realizou a 18. Nesta, a indicação dos candidatos pelo círculo n.º 29 parece ter sido pacífica¹⁶. Mas no tocante à do círculo n.º 30 verificou-se que o delegado de Pombal, depois de, em vão, ter tentado a inclusão de um de dois nomes,

¹⁴ O *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, Lisboa, 1912, nos quadros sobre a distribuição etária da população, não regista senão a população com 20 ou mais anos. Julgou-se dispensável, para efeitos das comparações pretendidas, proceder a cálculos mais aproximados da população masculina adulta.

¹⁵ É bem provável, no entanto, que o número de eleitores de Alcobça indicado pelo *Censo Eleitoral da Metrópole* se encontre inflacionado. Nos cadernos eleitorais que consultei, em vez de 5701, há apenas 5194 inscritos.

¹⁶ António Maria da Silva Barreto, Joaquim Ribeiro de Carvalho, Vitorino Henriques Godinho e Francisco Fernandes da Rosa Falcão. O Directório substituirá este último por Pedro Alfredo de Moraes Rosa, impondo assim o equilíbrio das duas tendências, «afonsista» e «almeidista».

se recusou a assinar a acta^{17,18}. Um certo mal-estar não deixou de ser provocado pelo facto de Alcobaça se julgar com direito a nomear dois candidatos¹⁹, sendo o terceiro de Leiria²⁰, e não de qualquer dos concelhos do círculo. Também se torna sintomático que a reunião das comissões municipais tenha encontrado quatro nomes para o círculo de Leiria e apenas três para o de Alcobaça. Cientes da divergência existente, como que desistiram, desde logo, da disputa da minoria.

Aguardou-se durante algum tempo que uma proposta de um quarto nome surgisse, exteriormente às comissões, ou de Pombal, ou das Caldas (onde era sabido que a Comissão Municipal do Partido sofria contestação). Mas o que acabou por aparecer não foi uma candidatura singular ao nome deixado em aberto para a minoria (o que teria evitado a realização do acto eleitoral e corresponderia talvez à solução desejada pelas comissões municipais²¹), mas uma lista de três nomes, oponente, pois, à maioria.

Esse compasso de espera²² decorria das tentativas que nas Caldas eram levadas a cabo, com vista a «conciliar os elementos heterogêneos em que se encontra[va] dividida a política republicana» local²³. Serão referidas, em pormenor, mais à frente. Adiante-se, contudo, que o fracasso das negociações se tornara inevitável a partir do momento em que os interlocutores, sobre discordarem acerca do número de candidatos a partilhar, se não reconheciam mutuamente legitimidade para a celebração de um acordo. E é assim que, a 16 de Maio, o Centro Republicano Miguel Bombarda, das Caldas, decide apresentar uma lista alternativa à que, cerca de um mês antes, fora deliberada em Leiria e composta por nomes de Caldas da Rainha, Óbidos e Pombal²⁴.

A estudada composição territorial da lista de oposição viria porém a ser perturbada com a iniciativa do Directório de incluir um dos seus nomes — precisamente aquele que era originário de Pombal — como quarto candi-

¹⁷ *Leiria Ilustrada* de 22 de Abril de 1911.

¹⁸ A atitude do delegado de Pombal seria reforçada, a 24 e 25 de Abril, com o envio, ao ministro do Interior, de cartas das Comissões Municipal e Paroquial republicanas e administrativa da Câmara, protestando contra o facto de o concelho ter sido impedido de indicar um candidato, apesar de dispor de 38 000 habitantes e cerca de 7000 eleitores recenseados, enquanto Alcobaça, com índices muito inferiores a estes, indicara dois. Vide *O Imparcial* de 30 de Abril de 1911.

¹⁹ Cupertino Ribeiro Júnior, comerciante em Lisboa, natural de Pataias, Alcobaça, membro do Directório, e Afonso Ferreira, barbeiro, estabelecido em Alcobaça.

²⁰ Gaudêncio Pires de Campos, farmacêutico em Leiria, director de *Leiria Ilustrada*.

²¹ Terão tentado, sem êxito, obter a anuência de um nome «almeidista»: Leão Magno Azedo, médico em Setúbal, natural de Caldas da Rainha, membro do Directório, director-geral da Instrução Primária após o 5 de Outubro, co-autor da Lei Eleitoral. Cf. S. P. Danton, *A Questão Política nas Caldas da Rainha*, Porto, 1911, pp. 46-47. Há indicações de que se disporiam também a aceitar, em alternativa, o nome do tenente Rui Ribeiro.

²² Durante o qual, defendendo-se dos que os acusavam de possuírem dois candidatos, os republicanos alcobacenses aproveitaram para invocar a boa doutrina democrática, em termos como: «Eles são [os candidatos] simplesmente candidatos do círculo 30 e, na Constituinte, se lá forem, eles hão-de representar e traduzir não os interesses e aspirações deste ou daquele concelho, mas os de todo o círculo, para o que se hão-de preparar previamente e apresentando-se, como tencionam e é seu dever, em todos os concelhos e neles auscultando a opinião pública local» (Afonso Ferreira, «O círculo 30 e os seus candidatos», in *Semana Alcobacense* de 6 de Maio de 1911).

²³ *O Radical* de 30 de Março de 1911.

²⁴ Respectivamente, Leão Magno Azedo, Rui Fragoso Ribeiro e Pedro Morais Rosa. Rosa e Ribeiro eram oficiais do Exército, este último filho do recém-nomeado comandante da G. N. R., Encarnação Ribeiro.

dato pelo círculo n.º 29, em substituição do proposto pelas comissões. Houve então que, apressadamente²⁵, recorrer a outro nome. A escolha recaiu num advogado de Leiria, ex-dirigente monárquico, do Partido Progressista²⁶.

A campanha eleitoral no círculo n.º 30 veio, conseqüentemente, a cingir-se praticamente à semana que precedeu a data das eleições. Os periódicos do círculo referem-se a sessões de propaganda da lista do Directório em Pombal, Alcobaça e Caldas da Rainha e da lista de oposição nesta última vila²⁷ e na de Óbidos. Exceptuando Alcobaça, nos restantes concelhos era a primeira vez que, após o 5 de Outubro, se realizavam comícios republicanos.

Quer isto dizer que a principal modalidade de propaganda eleitoral consistiu na difusão dos boletins de voto, recorrendo, para o efeito, cada uma das listas concorrentes às redes já experimentadas em precedentes actos eleitorais.

Na impossibilidade de garantir a presença de elementos affectos em todas as mesas das assembleias eleitorais, e duvidando fundadamente de que estas cumprissem com isenção as suas atribuições, a lista de oposição solicitou do Ministério do Interior a presença de delegados do Governo nalguns concelhos. Por entre um coro de protestos, a iniciativa obteve deferimento.

2.3 OS RESULTADOS

No dia 28 de Maio de 1911, o eleitorado compareceu nas assembleias de voto do círculo n.º 30 numa percentagem de 46,9. Trata-se de uma participação eleitoral relativamente fraca. É consideravelmente inferior à verificada nas anteriores eleições monárquicas de Agosto de 1910, em que tal participação atingiu, no conjunto do distrito, os 66%²⁸.

[QUADRO N.º 2]

	Inscritos	Votantes	V/1 (percentagem)
1910 (distrito de Leiria)	37 087 (a)	24 469 (b)	66,0
1911 (círculo n.º 30)	21 276 (c)	9 978 (c)	46,9

Fontes: (a) *Censo Eleitoral da Metrópole*; (b) *Semana Alcobacense*, edição de 11 de Setembro de 1910; (c) *Arquivo Histórico Parlamentar*, secção ix, caixas 33 e 34.

Acima de 50% de votantes encontram-se os concelhos de Peniche (62,1%), Óbidos (59,9%) e Caldas da Rainha (54,3%), embora por razões

²⁵ O prazo para entrega das candidaturas, subscritas por 25 eleitores, terminava a 18 de Maio.

²⁶ Paulino da Costa Santos. Em 28 de Agosto do ano anterior fora eleito deputado pelo círculo distrital de Leiria, numa lista patrocinada pelo Governo de Teixeira de Sousa.

²⁷ Um facto curioso ocorreu nas Caldas, onde as duas listas organizaram comícios no mesmo dia. A mesa do comício da lista de oposição — que se efectuou na praça de touros da vila — convidou, no final, os candidatos presentes da lista do Directório a usarem também da palavra, ao que estes acederam.

²⁸ O *Arquivo Histórico Parlamentar* não dispõe de quaisquer documentos relativos às eleições de 1910, os quais terão transitado, depois do 5 de Outubro, para outra instituição. Também não estão à consulta elementos do processo eleitoral de 2 de Abril de 1908 no distrito

presumivelmente distintas. Em Peniche, a taxa de mobilização eleitoral fora muito baixa (apenas 36,3% dos cidadãos com mais de 19 anos), pelo que o corpo de votantes, em tal caso, mais facilmente se aproxima do corpo eleitoral. Era, além disso, o mais pequeno concelho do círculo. Em Caldas e Óbidos — como também em Alcobaça, onde a percentagem de votantes, sem atingir os 50%, foi superior à média —, razões iminentemente políticas terão imperado.

Estas últimas explicarão igualmente a baixa participação em Pombal, que foi de 34,2%. Como vimos, as *élites* republicanas locais não apoiaram nem a forma de divisão do círculo nem a escolha da sede. E também não viram contemplada, por qualquer das duas listas, a sua pretensão de ter um deputado natural do concelho.

Os poucos votantes de Pombal deram todavia a vitória à lista de oposição (a única, afinal, que tentara integrar um pombalense), oferecendo-lhe a maior votação do círculo, quer percentualmente, quer em números absolutos. Vem a seguir Caldas da Rainha, onde a lista do Directório colheu apenas 17,5% de votos, a maior parte dos quais na urna da vila. Diversamente, mas sem surpresa, atentas as circunstâncias políticas acima descritas, o eleitorado alcobacense não concedeu à lista de oposição mais do que uns poucos 4,2% de votos, exclusivamente obtidos à custa dos 108 votos entrados em S. Martinho, historicamente zona de influência caldense²⁹.

Mais equilibrada foi a votação no concelho de Óbidos, onde é de sublinhar o contraste entre os resultados da assembleia do Bombarral³⁰ (onde o Partido Republicano obtivera em 1908 e 1910 expressivas votações) e os da vila de Óbidos.

No cômputo do círculo, a lista do Directório alcançou 5304 votos (53,2%) e a de oposição 4674 (46,8%). Tal equilíbrio político justificou aqueles que pretendiam não existir na lista das comissões republicanas uma adequada composição.

Efectivamente, se se applicasse na província o mesmo regime de escrutínio que em Lisboa e no Porto (proporcionalidade segundo o método de Hondt), cada uma das listas teria contribuído com dois deputados para a Assembleia Constituinte.

Não logrou a lista de oposição eleger mais de um dos seus candidatos, mas os seus proponentes exploraram o facto como se duma vitória se tratasse. Nos planos local e regional, depois de medirem forças, o balanço que faziam era-lhes positivo e o futuro favorável.

Deixemos no entanto, e por agora, esse momento pós-eleitoral, para seguirmos retrospectivamente os acontecimentos e as trajetórias políticas que desembocaram nesse braço de ferro.

de Leiria. Tornou-se, assim, impossível proceder a uma análise comparativa mais extensa entre as eleições de 1911 e as que imediatamente as precederam. De qualquer modo, assinala-se que Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 132, notou que, em Lisboa, o total de votantes atingiu, em números absolutos, o seu cume em 1910 e a abstenção o valor mais baixo em 1908, no período compreendido entre 1874 e 1910.

Aproveito para agradecer a Tavares de Almeida as informações e sugestões que pessoalmente me prestou sobre a matéria, as quais se revelaram da maior utilidade.

²⁹ A freguesia de S. Martinho chegou a estar integrada no concelho das Caldas, entre 1895 e 1898.

³⁰ A aspiração dos Bombarralenses à autonomização municipal fez-se sentir com vigor logo a seguir à Revolução. Foi consagrada em 1914.

População, eleitores e voto no círculo n.º 30

[QUADRO N.º 3]

Concelho	Freguesia	Assembleia eleitoral	Popu- lação	População masculina + 19 anos		Eleitores		Votantes		Lista do Directório		Lista da Oposição		
				Número	Percen- tagem	Número	Percen- tagem	Número	Percen- tagem	Número	Percen- tagem	Número	Percen- tagem	
Alcobaça	Maiorga Vestiaría São Vicente Prazeres Alcobaça		1 516			248								
		Alcobaça	8 257			1 708		974		974		—		
	Évora	Évora	3 408			516		271		271		—		
	Vimeiro Benedita Turquel		1 404			327								
		Turquel	7 135			1 129		297		297		—		
	Alfeizerão São Martinho		2 777			453								
		São Martinho	4 216			683		368		260		108		
	Cela Cós Pataias Alpedriz		3 491			543								
		Alpedriz	9 547			1 158		602		602		—		
	Alcobaça		32 564	8 720	26,7	5 194	59,5	2 512	48,3	2 404	95,7	108	4,2	
	Caldas da Rainha	N. S. do Pópulo	Caldas da Rainha	5 875			776		513		200		313	
		Carvalho Benfeito Coto Salir de Matos Santa Catarina		918			153							
Salir de Matos			5 733			923		508		34		474		
Alvorninha Vidais			2 849			419								
		Alvorninha	4 225			627		254		28		226		
Salir do Porto Serra do Bouro Tornada			559			92								
		Tornada	5 080			788		345		31		314		
A-dos-Francos Landal São Gregório			1 326			363								
		A-dos-Francos	3 317			855		587		85		452		
Caldas da Rainha			24 240	6 978	28,7	3 969	56,8	2 157	54,3	378	17,5	1 779	82,4	

Círculo n.º 30 — Eleições de 28 de Maio de 1911. Votos obtidos por cada candidato

[QUADRO N.º 4]

		Alcobaça	Caldas da Rainha	Óbidos	Pederneira	Peniche	Pombal	Totais
Lista do Directório	Afonso Ferreira	2552	378	1063	538	505	305	5341
	Gaudêncio Pires de Campos ..	2556	369	1157	538	505	293	5418
	Cupertino Ribeiro Júnior	2556	372	1161	538	505	317	5449
Lista da oposição	Leão Magno Azedo	108	1778	618	49	140	1968	4661
	Paulino Costa Santos	108	1761	614	49	139	1976	4647
	Rui Viterbo Ribeiro	108	1763	607	49	140	1900	4567

3. OS REPUBLICANOS CALDENSES ATÉ À REVOLUÇÃO

O primeiro clube republicano caldense remonta ao princípio da década de 1890³¹. Provavelmente, teria girado em torno da Fábrica de Faianças, fundada em 1884, e da escola anexa, uma extensão da Escola Industrial outorgada à vila em Agosto de 1887³². Nele terão tido papel relevante Rafael Bordalo Pinheiro, director artístico da Fábrica, e alguns professores da Escola, entre os quais cumpre destacar Eduardo Mariano Gonçalves Neves. A sua acção teria encontrado receptividade no meio cerâmico.

Com o desenvolvimento da indústria do barro na segunda metade do século e a criação da primeira unidade de ensino técnico, antecessora da Escola Industrial, os oleiros caldenses tornaram-se um grupo relativamente coeso e instruído.

Vida efémera teve porém esse clube. Nem a situação política nacional, após o fracasso do movimento do 31 de Janeiro de 1891, lhe foi auspiciosa, nem as vicissitudes por que passou a Fábrica, a partir também de 1891, lhe garantiram continuidade. Em 1892, o nexu protocolar entre esta e a Escola foi dissolvido. Muitos oleiros foram despedidos ou abandonaram Bordalo, cuja presença nas Caldas se tornou politicamente menos influente³³.

O Partido Progressista absorveu, em termos de acção política, alguns dos quadros³⁴ que tinham estado associados a esse surto republicano local.

3.1 O PARTIDO

Só em 1906 de novo se ensaia a constituição de um Centro Republicano nas Caldas, formalmente integrado nas estruturas do Partido Republicano Português, regendo-se pelos seus estatutos e desenvolvendo actividade política com certa regularidade. As suas três primeiras reuniões datam de 2, 4 e 20 de Dezembro desse ano. Destinaram-se a eleger os respectivos corpos

³¹ *O Mundo* de 6 de Novembro de 1910; *Leiria Ilustrada* de 18 de Março de 1911.

³² Sobre a revolução da indústria do barro nas Caldas e do ensino industrial com ela conexo vide João B. Serra, *Cerâmica e Ceramistas Caldenses da 2.ª Metade do Século XIX*, Caldas da Rainha, 1987.

³³ O desmoronar da experiência da grande indústria, no sector cerâmico, com organização e tecnologia da revolução industrial, levou muitos dos operários a estabelecerem-se por conta própria, em pequenas unidades familiares.

³⁴ Por exemplo, João António Duarte, adiante referido. Cf. *Leiria Ilustrada* de 18 de Março de 1911.

gerentes, a distribuir entre os eleitos os cargos organicamente previstos e a officiar a Leão Magno Azedo para que intercedesse junto de António José de Almeida no sentido de este proferir nas Caldas, em Janeiro seguinte, uma conferência³⁵.

Este Centro teve cerca de uma centena de sócios fundadores. Até às vésperas do 5 de Outubro recebeu algumas novas inscrições. Mas o movimento de adesões só se tornou significativo nos três ou quatro meses anteriores à Revolução e, compreensivelmente, nos que se lhe seguiram.

Recorrendo aos cadernos eleitorais de 1911, foi possível averiguar a actividade profissional de pouco mais de 70 dos nomes constantes do cadastro partidário de 1906. Os grupos ocupacionais dominantes são os dos trabalhadores manuais — 24 (10 dos quais oleiros)—, comerciantes — 18—, artesãos independentes — 16— e caixeiros e assalariados de serviços (não incluindo funcionários públicos) — 9.

Procurando captar adesões entre elementos socialmente prestigiados e promover a preparação ideológica dos seus filiados, o Centro organizou conferências sobre temas histórico-políticos, para o que endereçou convites a personalidades não inscritas³⁶.

Num meio que reconheciam como adverso³⁷, o primeiro teste público ao Partido Republicano caldense representaram-no as eleições legislativas de 2 de Abril de 1908. A 29 de Março organizaram um comício, em que foi orador um quintanista de Direito, vindo expressamente de Coimbra. A lista republicana do círculo obteve no concelho 223 surpreendentes votos³⁸, todos eles provenientes da assembleia eleitoral da vila.

Este facto animou o Centro a concorrer às eleições camarárias desse ano (1 de Novembro). Regeneradores e progressistas concorreram coligados. Elementos regeneradores «dissidentes» (franquistas, sobretudo), ou adversários da coligação, pretenderam o apoio republicano. O acordo foi recusado. O candidato republicano à presidência da Câmara, o advogado recém-recrutado Joaquim Manuel Correia, defendeu a ida às urnas sozi-

³⁵ As actas, num total de 43, das reuniões do núcleo local do Partido Republicano, entre 2 de Dezembro de 1906 e 5 de Maio de 1911, foram resumidamente transcritas por Joaquim Manuel Correia no seu manuscrito inédito *Subsídios para a História do Partido Republicano de Caldas da Rainha*. O manuscrito, de cerca de três centenas e meia de páginas, inclui cópia de vasta documentação política. Incide particularmente sobre o período em que Joaquim Manuel Correia foi administrador do concelho e presidente da Câmara das Caldas: 6 de Outubro a 10 de Novembro de 1910. A obra foi redigida em épocas diferenciadas, mas os capítulos centrais devem datar de 1911 e 1912, sem prejuízo de alguns acrescentos posteriores.

Advogado, natural do Sabugal, Joaquim Manuel Correia estabeleceu-se nas Caldas da Rainha em 1905. Acabara de herdar, por morte do sogro, médico em Peniche, uma propriedade na Columbeira, concelho de Óbidos (hoje do Bombarral). As simpatias pela República vinham-lhe dos tempos de estudante em Coimbra, onde também frequentara tertúlias literárias e artísticas. Nasceu em 1858 e faleceu em 1945.

O autor agradece, penhorado, à Dr.^a Natália Correia Guedes o ter-lhe facultado a consulta do manuscrito e restante espólio de seu avô.

³⁶ É assim que Joaquim Manuel Correia é convidado a proferir, no Centro, uma conferência. Ela terá por título «O homem através dos tempos», decorrendo a 14 de Março de 1907. Pouco depois, o conferencista filia-se no Partido. Joaquim Manuel Correia, ms. cit.

³⁷ «Nesse tempo, os Caldenses julgavam dever à Monarquia o ar, as famosas águas, a chuva, o vento, o pão e o próprio barro das suas famosas fábricas», escreve Joaquim Manuel Correia, ms. cit.

³⁸ A mesa caldense obteve a 2.^a votação republicana no distrito. A 1.^a foi a do Bombarral, com 244 votos, e a 3.^a a de Alcobça, com 210. Ao nível dos concelhos, os resultados foram, por ordem decrescente: Alcobça (494), Óbidos (302), Leiria (263) e Caldas da Rainha (223.). Os republicanos caldenses achavam-se eleitoralmente confinados à zona urbana. Fonte: *Leiria Ilustrada* de 9 de Abril de 1908.

nhos, «quanto mais não fosse, para nos disciplinarmos», argumentava, uma vez que, no seu entender, seria sempre preferível «o silêncio» a «pactuar com os inimigos»³⁹. A experiência rendeu-lhes pouco mais de uma centena de votos. Disciplinadamente, como queria Correia, os sócios do Centro votaram na sua lista. Despojada de figuras nacionais⁴⁰, ela não obteve o favor de mais nenhum eleitor⁴¹.

Segue-se uma fase de inacção política, interrompida em Julho de 1909. Regista-se, pela primeira vez, a intervenção da Comissão Distrital do Partido, cujo presidente se desloca às Caldas, onde preside a novas eleições para os corpos gerentes do Centro. A direcção recebe o encargo de alugar uma sede permanente⁴² onde também possa ser instalado um centro escolar⁴³.

Em Julho de 1910, o Centro caldense é chamado a participar noutro processo eleitoral: escolha da lista de candidatos pelo círculo, acções de propaganda. Na véspera das eleições, o chefe regenerador local, o escrivão-notário Francisco Maria Sebastião de Lima, apoiante da lista governamental, propõe a Joaquim Correia um acordo de cedência mútua de votos: os republicanos dariam aos «teixeiristas»⁴⁴ todos os seus votos na urna da vila (a única onde os tinham), a troco de um número certo de votos em urnas de freguesia rurais. O negócio foi recusado⁴⁵.

3.2 A(S) MAÇONARIA(S)

Num opúsculo editado em 1911⁴⁶ assevera-se que, nas vésperas do 5 de Outubro, tanto a Maçonaria como a Carbonária detinham nas Caldas forte influência. A primeira constituía um Triângulo⁴⁷. A segunda teria

³⁹ Joaquim Manuel Correia, ms. cit.

⁴⁰ Nas eleições legislativas de Abril de 1908, o Partido Republicano candidatara por Leiria, entre outros, Bernardino Machado.

⁴¹ Fenómeno idêntico — menor votação republicana nas eleições locais do que nas nacionais — se verificou noutros concelhos do distrito, como, por exemplo, Alcobaca. Cf. *Semana Alcobacense* de 8 de Novembro de 1908.

⁴² Correia, no seu manuscrito, conta como foi difícil alcançar esse objectivo. Os senhores contactados temiam arrendar casas ao Centro Republicano, mesmo quando os sócios deste se comprometiam a proceder a reparações no edifício.

⁴³ Pouco antes do 5 de Outubro parece ter começado a funcionar na sede do Partido uma escola denominada Centro Escolar dos Filhos dos Trabalhadores das Caldas da Rainha. Cf. Luís Teixeira, «Republicanos caldenses de 910», in *Gazeta das Caldas* de 14 de Outubro de 1928.

⁴⁴ A lista «governamental» no distrito era constituída por Egas Moniz, Belard da Fonseca, Eduardo Burnay, Alípio Camelo e o nosso já conhecido Paulino Costa Santos (cf. nota 26).

⁴⁵ Sebastião de Lima, politicamente inactivo desde a morte de Hintze Ribeiro (1 de Agosto de 1907), regressou às lides eleitorais em 1910. Na interpretação de Joaquim Correia, o objectivo de Lima era evitar que a votação republicana na vila, traduzindo-se em diminuição dos resultados da lista «governamental», afectasse o seu prestígio de «cacique».

Deve dizer-se que este escrivão-notário era íntimo de Almeida Grandela, cultivando, por seu intermédio, relações de amizade com Afonso Costa. Adversário de João Franco, colaborara na fuga do jornalista e médico Artur Leitão. Condenado a pesada pena de prisão por delito de imprensa, no tempo da ditadura franquista, Leitão fizera constar a sua presença em Espanha e acolhera-se secretamente à protecção de Lima e Grandela, na Foz do Arelho. É por isso que o seu nome consta do cadastro do Centro Republicano fundado nas Caldas em 1906.

Correia desconhecia esses factos.

⁴⁶ S. P. Danton, *op. cit.*, pp. 31-32.

⁴⁷ Designação de célula maçónica que disponha no mínimo de 3 mestres, sem atingir o número de 7 necessário para formar uma loja.

mais de 60 filiados. Afirma o autor, S. P. Danton⁴⁸, que foi a Carbonária que «trabalhou pela República nas Caldas», sendo «composta apenas de elementos trabalhadores». Em contrapartida, a Maçonaria caldense seria formada quase exclusivamente por monárquicos.

Algumas destas observações são verosímeis. Em meados de 1910 há missões da Alta Venda carbonária na região. A existência de uma activa célula carbonária nas Caldas pode confirmá-la para 1911⁴⁹. Notícias soltas de periódicos da época apõem a menção carbonário a alguns republicanos. Também não custa a aceitar a tese da maioria monárquica na célula maçónica caldense de 1910.

Um estudo⁵⁰ sobre o recrutamento maçónico em Portugal entre Março de 1910 e Março de 1911 revela que, nesse período, nem uma só adesão ao Triângulo caldense teve lugar. É isto num lapso de tempo caracterizado por um excepcional afluxo de aderentes novos no País⁵¹ e por um súbito e rápido aumento de inscrições no Partido Republicano local⁵².

No distrito de Leiria houve iniciações maçónicas, depois de Outubro, em Peniche (8), Marinha Grande (3), Bombarral (11) e Pedrógão Grande (5). Entre Março e Outubro de 1910 tinham sido iniciados 5 indivíduos na Marinha Grande e 9 em Óbidos.

O número elevado de iniciações em Óbidos — 8 das quais realizadas entre 2 e 27 de Junho de 1910 — reveste-se da seguinte particularidade: o principal contingente é de naturais ou residentes nas Caldas da Rainha: 7 (confirmados). Um deles é, aliás, o provável autor (vide nota 48) do opúsculo supracitado, Sérgio Príncipe, o que confere veracidade às suas observações sobre a composição política da Maçonaria caldense.

Isto é, um guarda-livros, um empregado dos caminhos-de-ferro, um dono de uma oficina de louça e quatro comerciantes procuraram, em Junho de 1910, tornear a comprometedora dificuldade da maioritária presença monárquica no Triângulo caldense, deslocando-se meia dúzia de quilómetros até à vila vizinha de Óbidos. Dois deles — comerciantes — constam do cadastro do Centro Republicano das Caldas na qualidade de fundadores (1906). Um terceiro — o dono da oficina — era, desde Agosto

⁴⁸ O pseudónimo S. P. Danton talvez possa ser descodificado através das duas iniciais (o revolucionário francês chamava-se Georges Jacques). A minha hipótese é a de que elas correspondam a Sérgio Príncipe, empregado dos caminhos-de-ferro nas Caldas da Rainha, colaborador de jornais republicanos locais, depois do 5 de Outubro, e militante activo do Partido Republicano. Sobre aspectos da actividade política posterior de Sérgio Príncipe, que, do sindicalismo revolucionário em 1913-16, saltou, nos primeiros anos da década de 1920, para a Direcção da Confederação Patronal, predecessora da União dos Interesses Económicos, vide José Machado Pais, «Sérgio Príncipe e a Confederação Patronal. História de um atentado», in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, pp. 287-315.

⁴⁹ A designação que adopta é a de Grupo Carbonário Vigilante Caldense. Em Outubro de 1911, a respectiva direcção, composta por um professor primário, um oleiro e um sapateiro, solicita ao director do Hospital permissão para utilizar a carreira de tiro e as carabinas propriedade desta instituição, a fim de poder «dar alguma instrução de exercício de tiro aos seus membros, como prevenção para a defesa da Pátria e da República Portuguesa» [*Arquivo Histórico do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha*, «Registo de correspondência oficial recebida», n.º 3 (24 de Abril de 1909-11 de Dezembro de 1912)].

⁵⁰ João José Alves Dias, «A República e a Maçonaria. (O recrutamento maçónico na eclosão da República Portuguesa)», in *Nova História*, n.º 2, Dezembro de 1984, pp. 31-73.

⁵¹ «O número de adesões à Maçonaria depois da Revolução, esse, sim [ao contrário do dos meses de Março a Outubro de 1910], é elevado (468 nos seis meses seguintes), ou seja, quase o quádruplo do número dos seis meses anteriores — 125 — e mais do dobro das iniciações praticadas em igual período no ano anterior», id. *ibid.*, p. 38.

⁵² Em Maio de 1911 tinha mais de três centenas e meia de filiados (J. M. Correia, ms. cit.).

do ano anterior, membro da comissão paroquial caldense do Partido Republicano.

É também em Junho de 1910 que, segundo diversos testemunhos autorizados⁵³, se estreitam os laços entre Maçonaria e Carbonária, em Lisboa, e sobretudo entre a Carbonária e o Partido Republicano.

A implícita reclamação feita por Sérgio Príncipe (S. P. Danton) da sua filiação carbonária permite pois, em conjugação com os dados referidos, colocar a hipótese de a loja Fraternidade obidense ter funcionado, na Primavera e Verão de 1910, como local de organização e recrutamento carbonários das imediações. Por essa altura, de Óbidos veio fixar residência nas Caldas o farmacêutico Custódio Maldonado Freitas, reconhecido militante e chefe carbonário⁵⁴.

3.3 A REVOLUÇÃO (5-10 de Outubro de 1910)

«Dada pelos passageiros do rápido do dia 4», chegou, de acordo com o testemunho de Joaquim Manuel Correia, «a notícia de ter aparecido morto o vice-almirante Cândido dos Reis» e de que «as tropas revolucionárias acampavam na Rotunda, havendo grande tiroteio». «Um grupo daqui», acrescenta, «cortou os postos telegráficos, uma ponte de Leiria foi impedida e a linha férrea cortada no Bombarral.»⁵⁵

No dia 5, as informações que é possível apurar são desencontradas, situação que a ausência de comunicações com Lisboa agrava. A vitória republicana chega às Caldas da Rainha às primeiras horas da madrugada de 6 de Outubro, não de telégrafo, mas de automóvel. Malva do Vale, em missão do Partido, a caminho do Porto, é portador da novidade.

Seguem-se, pela manhã, as naturais manifestações de regozijo republicano. Dirigentes e bases locais do Partido «percorrem as ruas acompanhados de muito povo e de uma banda improvisada». A bandeira republicana é desfraldada em edifícios públicos — Paços do Concelho e Hospital — por entre foguetes e *A Portuguesa* entoada com fervor⁵⁶. Da sala de sessões camarária, o «retrato do rei proscrito» é de imediato apeado.

A consagração do novo poder ocorre nessa tarde do dia 6. Malva do Vale, que pernitoou nas Caldas, transmitira a meio da manhã as instruções do Directório: o Centro local do Partido devia encarregar-se de propor à aclamação popular uma lista para a Câmara e um nome para a administração do concelho. Correia, presidente da Comissão Municipal do Partido Republicano, comparece a esse encontro de trabalho, ao qual, para surpresa sua, também assiste Custódio Freitas. Efectivamente, este só a 15 de Maio se filiara no Centro caldense. Não desempenhava qualquer cargo de responsabilidade política no Partido. Correia, afinal, só muito vagamente

⁵³Luz de Almeida, «A obra revolucionária da propaganda. As associações secretas», in *História do Regimen Republicano em Portugal*, organização de Luís de Montalvor, vol. II, Lisboa, 1932. José Gomes Ferreira, «Uma inútil nota preambular», in Aquilino Ribeiro, *Um Escritor Confessa-se*, Lisboa, 1974. António Maria da Silva, *O Meu Depoimento, I: Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, s./d.

⁵⁴A. H. de Oliveira Marques, no seu recente *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, 1986, confirma que Custódio Freitas foi iniciado na loja maçónica Fraternidade, de Óbidos. Por outro lado, também refere a existência, nas Caldas, de um triângulo fundado em 1907 e que se extinguiria em 1911, sendo então transferida para a vila a loja Aurora, que em 1909 se instalara na povoação vizinha de Tornada.

⁵⁵J. M. Correia, ms. cit.

⁵⁶*O Círculo da Caldas* de 11 de Outubro de 1910.

o conhecia. Como, aliás, não conhecia Malva do Vale, ignorando pois que, além de membro do Directório, era um dos chefes da Alta Venda carbonária.

Ao fim da manhã, a Comissão Municipal reúne-se de emergência para deliberar sobre os nomes a anunciar. À cabeça da lista para a Câmara foi decidido indicar um independente⁵⁷, logo seguido de Freitas como vice. Vinham depois 4 dos 5 membros efectivos e 1 substituto da Comissão Municipal. O presidente foi destacado para a administração do concelho e tomou posse, formalmente, de imediato⁵⁸.

A Câmara só no dia 7 se reúne. Declara-se em «sessão extraordinária permanente». Distribui entre si as «funções de inspecção» (pelouros) e mete ombros à tarefa de apagar da toponímia da vila todas as marcas do odioso regime monárquico⁵⁹.

A 10 de Outubro, a sessão, que ameaçava eternizar-se, é bruscamente interrompida. O Governo Provisório determina fórmula diferente para o preenchimento das funções camarárias⁶⁰.

4. A EXPLOSÃO DO CONFLITO

A partir de 10 de Outubro sobreacelera-se o ritmo da vida política local. No fervilhar de acontecimentos emergem e multiplicam-se as áreas de conflitualidade política. Não caberá neste estudo a descrição exaustiva do respectivo curso, para o que existem fontes bastantes, de que se procurará tão-só assinalar o panorama geral e os tempos decisivos.

Cronologicamente, o primeiro problema respeita à própria composição da Comissão Administrativa da Câmara. A Comissão Municipal do Partido, encarregada de a constituir, era formada por 5 elementos, restando por conseguinte 2 lugares a preencher. A Comissão Paroquial reivindicou-os para si. A Comissão Municipal, por seu turno, entendia que deveria ser objecto de eleição pela assembleia geral do Centro. Consultado, o governador civil apoiou o ponto de vista da Comissão Municipal. Mas as eleições

⁵⁷ Joaquim Cláudio Freire Sottomayor, de 73 anos, proprietário e funcionário público aposentado. Por sinal, era o senhorio do prédio arrendado para sede do Partido e desempenhara o papel de intermediário entre Sebastião de Lima e Joaquim Correia na tentativa gorada de acordo de votos em Agosto de 1910. Aproximara-se, entretanto, dos republicanos radicais.

⁵⁸ A posse de Joaquim Correia não assistiu, apesar de convidado, o anterior administrador, Carril Barbosa, regenerador, nomeado para o cargo em Agosto de 1910. A acta é omissa quanto à entidade empossante e testemunhada com as assinaturas de cerca de uma centena de cidadãos. Só no dia seguinte, 7, Correia recebe uma comunicação a informar do nome do novo governador civil e um telegrama deste a convidá-lo a aceitar o lugar de administrador do concelho.

⁵⁹ Chegou-se mesmo a deliberar «mudar o nome de todas as ruas da vila, substituindo-os pelos dos heróis que na implantação da República mais se distinguiram». A decisão é alvo de um protesto da Associação Comercial e Industrial da vila, o que motiva a sua anulação a 26 de Outubro. [Arquivo Histórico Municipal de Caldas da Rainha, «Actas da Câmara» (acta da sessão extraordinária permanente de 7 a 10 de Outubro de 1910 da Comissão Municipal Republicana Provisória e acta da sessão de 26 de Outubro de 1910).]

⁶⁰ O diploma, dimanado do Ministério do Interior, com data de 8 de Outubro, estabelece a seguinte doutrina para todas as câmaras (com excepção das de Lisboa e do Porto): manutenção das câmaras republicanas onde as houver; onde não as houver, substituição das antigas pelos membros das comissões municipais do Partido; onde estas também não existirem, indicação popular, por eleição ou aclamação. Os presidentes das comissões administrativas camarárias ocupariam também o cargo de administrador de concelho (*Diário do Governo* de 10 de Outubro de 1910).

deram a vitória à lista radical, composta de elementos da Comissão Paroquial. A maioria, moderada, da Comissão Municipal foi ultrapassada na base e posta em minoria na Câmara.

4.1 A QUESTÃO DA «ATRACÇÃO»

Estas eleições introduzem, para lá dos choques de personalidades e das rivalidades e ambições pessoais, uma clivagem no debate da estratégia política do Partido Republicano caldense. A questão pode ser equacionada do seguinte modo: estarão os republicanos em condições de assumir sozinhos a direcção político-administrativa local?

Efectivamente, o Partido jamais havia passado pela Câmara, à qual se tinha candidatado uma única vez, em 1908, com resultados pouco gratificantes. O pessoal político de que dispunha era, na sua esmagadora maioria, socialmente pouco qualificado. Havia quem, renunciando o desastre, temesse pelas consequências e advogasse uma gestão «coalizada» com elementos monárquicos.

Correia ilustra, em intervenção tida no Centro, logo após o 5 de Outubro, os dados do problema: «Que o Partido Republicano nas Caldas era pequeno, mas composto de rapazes e homens honestos, trabalhadores dignos. Era pequeno porque os ricos não aderiram a ele, sendo apenas composto de comerciantes, artistas, operários e simples trabalhadores. [...] Surpreendeu-nos agradavelmente, é certo, o advento da República, e nós não tínhamos ainda a força de que precisávamos, embora tivéssemos mais força do que julgavam os nossos inimigos que aparecem agora a amesquinhar-nos, acusando-nos de não termos gente capaz de governar o concelho das Caldas da Rainha. Em parte têm razão, a começar por mim. Mas quem terá a culpa da nossa fraqueza? São os inimigos que não quiseram aderir à causa da República, arriscando a paz, o sossego, os haveres e até a própria vida. Ganhámos a vitória; mas, se ficássemos vencidos, as nossas cabeças teriam talvez caído. A isso não se arriscaram eles [...] Disso devemos até sentir orgulho, porque o orgulho, em tal caso, é um título de glória. Mas, se éramos fracos, fomos nós que alcançámos a vitória e não devemos agora abandonar o campo aos inimigos.»⁶¹

Independentemente dos aspectos processuais, é a tese de «não abandonar o campo aos inimigos» que prevalece. Tese que aproxima Correia dos radicais, embora deles se afaste em tudo quanto respeita à condução política da actividade da Câmara e da administração do concelho. Correia pretendia uma gestão republicana moderada, pacificadora, racionalista e eficiente, que prestigiasse o Partido junto da opinião pública local. A base radical queria empregos, que davam prestígio e poder. A concordância de uns e outro não podia deixar de ser acidental e precária.

A primeira sessão da nova Comissão Administrativa da Câmara, a 19 de Outubro, dá, de imediato, sinal de divisão, quando a eleição do cargo de vice-presidente chega a um *impasse*. João António Duarte⁶², o presi-

⁶¹ J. M. Correia, ms. cit.

⁶² João António Duarte, presidente da Comissão Paroquial republicana, fora um dos eleitos para a comissão administrativa da Câmara, na sequência da aplicação do diploma de 8 de Outubro. Era proprietário e o único filiado no Partido com experiência camarária. Nasceu em 1860, nas Caldas, pertencera ao núcleo republicano da vila formado em 1890-91, aproximando-se depois do Partido Progressista. Já nessa situação, fundou, em 1893, o periódico *O Círculo das Caldas*. Em 1904 integrou, como suplente, uma lista de progressistas e

dente da Comissão Paroquial entrado na Câmara por via da eleição suplementar, recebe o mesmo número de votos que um dos moderados (aliás ausente e que se viria a recusar a tomar posse de vogal da Comissão Administrativa). E, no dia seguinte, uma proposta de Duarte abre um insanável conflito na Comissão, colocando o presidente em minoria. Duarte, cumprindo, sem perda de tempo, as promessas que o haviam tornado popular entre os radicais, requereu a dispensa de todos os funcionários interinos do Município, uma sindicância a todas as repartições camarárias, a suspensão de funções do médico municipal e do chefe de secretaria e o pedido ao Governo de uma sindicância a todas as repartições públicas do concelho. E aprestou-se a indicar substitutos: Custódio Freitas, Sérgio Príncipe, etc.

Vencido, Correia tenta protelar a execução da proposta, fazendo-a depender da ratificação do governador civil. Mas, na sessão de 2 de Novembro, quando Duarte se preparava para fazer aprovar a suspensão dos vencimentos aos funcionários interinos, o presidente compreende que já não tem qualquer controlo da situação⁶³.

A divergência, dada a sua repercussão pública e as estruturas envolvidas — comissões locais do Partido, Câmara, Governo Civil (que apoia Correia) —, impõe a intervenção de uma entidade superior: o Directório.

A 26 de Outubro, no Centro de S. Carlos, em Lisboa, Malva do Vale senta à sua mesa de secretário nacional do Partido Correia, Duarte, Freitas e Manuel Francisco Pereira⁶⁴. Também participa na reunião Artur Leitão. A acta revela que se optou por um compromisso: Correia aceitou o princípio da sindicância e os restantes o de que só haveria lugar a demissões de funcionários interinos contra a apresentação de motivos para tal. E, a terminar, «mais acordaram [os presentes] em começar desde já os trabalhos

franquistas para a Câmara. Chamado a exercer funções em princípios de 1905, tentou levar por diante uma polémica sindicância aos serviços municipais. Adoeceu entretanto, sendo internado em Rilhafoles (10 de Outubro de 1905-2 Abril de 1906). Em 1907 ou 1908 ingressou no Centro Republicano Caldense. Em Agosto de 1909 foi eleito para Comissão Paroquial do Partido. (Cf. *O Mundo* de 6 de Novembro de 1910 e *Leiria Ilustrada* de 18 de Março de 1911, além de J. M. Correia, ms. cit.).

Invariavelmente referido como «um exaltado», embora conhecedor, surgiu após o 5 de Outubro, dada a experiência anterior, como a personalidade republicana mais indicada para ocupar a presidência da Câmara, muito embora alguns receassem as consequências do seu temperamento. Sucedeu a Joaquim Correia à frente da edilidade.

Fundou, conjuntamente com Artur Leitão, que substituíra Correia na administração do concelho, um novo jornal local, *Direito do Povo*. A dupla Duarte-Leitão teve a hostilidade declarada dos moderados e dos adesivos e o apoio tácito, mas não incondicional, dos radicais e carbonários.

⁶³ *Arquivo Histórico Municipal de Caldas da Rainha*, actas das sessões camarárias de 19, 20 e 27 de Outubro e 2 de Novembro de 1910. Nesta última sessão, a discussão entre J. M. Correia e J. A. Duarte atingiu um ponto tal que aquele acabou por ordenar que fosse «lavrado um auto da ocorrência», multando o seu antagonista.

⁶⁴ Pereira, 49 anos, lojista, era membro da Comissão Paroquial republicana e fora eleito, com João António Duarte, para a Câmara, na sequência da aplicação do diploma de 8 de Outubro.

No seu manuscrito, Correia designa-os (Pereira, Duarte e Freitas) por «três dos republicanos mais em evidência pelo seu radicalismo».

Não pertencendo a qualquer estrutura local do Partido, nem desempenhando funções administrativas, a convocação de Freitas para a reunião só pode imputar-se à sua qualidade de «carbonário histórico», que Malva do Vale não ignoraria.

Artur Leitão, o quarto convidado de Vale para discutir a acção de Correia, nascera em Coimbra, em 1874. Possuía familiares nas Caldas e relações estabelecidas antes do 5 de Outubro, nas condições descritas na nota 45. depois da Revolução permaneceu intermitentemente na vila. Procurou pôr de pé uma Comissão Política Executiva local do Partido, que tinha por objectivo prestar auxílio às Comissões Municipal e Paroquial em actividades de propaganda.

em todas as freguesias do concelho de propaganda e organização do Partido Republicano, juntamente com a Comissão Executiva local, de maneira a, no mais breve prazo de tempo, assegurar-se a maioria eleitoral»⁶⁵.

Mas Duarte e os radicais não desistirão. Suspeitam que a hierarquia administrativa — Governo Civil, Ministério do Interior — não cederá tanto quanto a instância partidária. A demissão de funcionários aparece-lhes como a ocasião natural de uma igualmente natural aplicação do *spoils system* exigido pela base e que um partido sempre afastado da partilha do poder local era justo que reclamasse. A 2 de Novembro, Duarte apela para a assembleia geral do Partido, alegando obstrução ao exercício cabal do seu mandato por parte do presidente. O Centro reúne-se a 4 e Correia é inapelavelmente derrotado. Sem a confiança da base, este demite-se de todos os cargos políticos e partidários que ocupava. Príncipe propõe que Artur Leitão o substitua na administração do concelho — o que efectivamente, a 11, acontece.

Na sessão camarária de 9 de Novembro, com Correia ausente, Duarte faz-se eleger vice-presidente, isto é, presidente em exercício.

Com a ascensão dos radicais, as fracturas políticas multiplicar-se-ão, empurrando os moderados que não acompanharão Correia no seu afastamento total da «política activa» para os braços dos «adesivos». A famosa «política de atracção» que insistentemente propugnavam terão daí em diante de a executar à margem do Partido oficial. Mas em condições em que não é fácil destringir quem atrai realmente quem.

4.2 A QUESTÃO «RELIGIOSA»

Ao invés do que frequentemente se sugere, as dificuldades de relacionamento entre a República e a Igreja eclodem, pelo menos nos planos social e local, antes da publicação da Lei de Separação do Estado e da Igreja, de 20 de Abril de 1911. O anticlericalismo assimilado pelos militantes republicanos ao tempo da propaganda produz efeitos logo a seguir ao 5 de Outubro.

O manuscrito do administrador do concelho caldense, Joaquim Manuel Correia, relata, com grande cópia de pormenores e documentação, três incidentes de que são protagonistas republicanos locais e membros do clero, quer regular quer secular, todos compreendidos entre 8 e 10 de Outubro.

Dois deles, desencadeados ambos na primeira daquelas datas, envolvem membros do clero regular. Trata-se da prisão de um clérigo que passava numa das praças da vila e da detenção e expulsão de todos os residentes — leigos e frades — no Instituto Missionário Português de S. Bernardino.

A prisão do padre foi efectuada por dois sargentos de infantaria n.º 7. Verificou-se ser o director da Casa da Saúde do Telhal, membro da Ordem de S. João de Deus, com sede em Burgos, Espanha, para onde se dirigia. Correia, depois de o interrogar, e dele ter recebido o testemunho tranquilizador de «que respeitava as leis da República e de que gostava do regime republicano», pediu instruções ao governador civil, que, a 9, telegraficamente respondeu: «Se não houver motivo prisão, solte, de contrário remeta Lisboa.» O administrador do concelho nem hesitou: não havia motivo⁶⁶.

⁶⁵ Documento apenso ao ms. cit. de J. M. Correia.

⁶⁶ Posteriormente, a 11, recebe o administrador um telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros ordenando-lhe que ponha de imediato em liberdade o P.º Francisco Carreto de Barros. Aparentemente teria estado iminente um incidente diplomático.

Também a 8 de Outubro, um cabo e dois soldados de artilharia n.º 1 chegaram às Caldas com a missão — declararam — de expulsar os frades de S. Bernardino⁶⁷. Acompanhava-os um grupo de civis caldenses encabeçado por carbonários. Em Óbidos juntaram-se-lhes outros grupos, provenientes desta vila, da Roliça e do Bombarral. Debalde procurou Correia que a suposta ordem fosse cumprida com respeito de formalidades legais mínimas, entregando ao mais graduado do comando uma carta para o seu colega administrador do concelho de Peniche. Ao fim da noite, a coluna regressou com o produto da incursão: 26 presos (3 frades franciscanos, 10 empregados do Instituto — um estabelecimento de ensino — e 13 alunos menores).

Para Correia, a situação era embaraçosa. De acordo com as suas próprias palavras, «que não se procedeu com legalidade é fácil de ver, porque tanto os padres como o resto da população do convento foram expulsos sem um mandato da autoridade, sendo trazidos para esta vila, em vez de os levarem para Peniche». «O momento não era porém», acrescenta, «para discussões, o acto revolucionário não havia terminado e por isso, sem comentar os factos, urgia que protegesse os presos e evitasse vexames e distúrbios.»

Durante a madrugada e manhã de 9, o administrador ouviu detidos e alguns dos intervenientes na prisão. Conscienciosamente, reduziu todas as declarações a auto⁶⁸. Depressa concluiu não dispor de nenhuma cobertura legal para manter encarcerados os 26 elementos, metade dos quais menores, do Instituto Missionário. O brioso cabo não conseguiu identificar quem o encarregara da missão. Para Joaquim Manuel Correia, advogado, a solução óbvia era dar a todos a liberdade. Tendo em mente a alternativa que para o caso precedente lhe oferecera o governador civil, decidiu por analogia.

Uma pequena multidão, porém, enfrentava-o à saída da cadeia, aos gritos de «abaixo os talassas e os frades». Experimentou dificuldades em se impor, apelando ao bom senso e ao respeito pelo bom nome e espírito de tolerância da República. Teve de mandar prender um taberneiro mais exaltado.

Já com os frades instalados no comboio, surge uma contra-ordem assinada pelo governador civil substituto⁶⁹: conservar detidos os frades, até à publicação do decreto das ordens religiosas⁷⁰. O administrador, que tivera dois dias tormentosos, ignorou-a pura e simplesmente⁷¹.

Mais complexo e delicado é o problema que no dia seguinte, 10 de Outubro, desaba sobre o seu gabinete. Pároco, regedor e professor primá-

⁶⁷ Povoação marítima do concelho de Peniche.

⁶⁸ Integralmente transcrito no seu manuscrito, donde é também extraída a citação anterior.

⁶⁹ António Maria da Silva Barreto, presidente da Comissão Distrital do PRP.

⁷⁰ O decreto de expulsão dos Jesuítas e extinção de todas as ordens religiosas, da autoria de Afonso Costa, só será publicado na edição do *Diário do Governo* de 10 de Outubro, embora seja datado de 8. Nele se estipulava a reposição em vigor do decreto de 1834 que extinguiu «todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas religiosas de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra», sendo anulado o decreto de 1901 «que disfarçadamente autoriza a constituição de congregações religiosas no País, quando pretendesse dedicar-se exclusivamente a instrução ou beneficência, ou a propaganda da fé e civilização no ultramar». Esta última disposição abrangia precisamente o caso do Convento de S. Bernardino.

⁷¹ O único periódico consultado que se refere a estes episódios é *O Mundo* de 13 de Outubro de 1910. A intervenção de J. M. Correia é aí relatada sem comentários.

rio da freguesia de Santa Catarina⁷² dirigem-se-lhe por escrito. Os dois últimos relatam que, ao fim da manhã dessa mesma segunda-feira, o edifício da escola fora apedrejado. O atentado é por ambos atribuído «a alguns elementos reaccionários existentes na localidade. Por seu turno, o pároco, na sua missiva, não aludindo a tais actos, solicita autorização para retomar a prática — que recentemente interrompera devido aos protestos caprichosos de «três ou quatro» habitantes da aldeia — de mandar repicar os sinos «pouco antes das 4 horas da manhã».

O problema pode considerar-se exemplar. Aconselha que se lhe preste alguma atenção.

A devoção do Rosário tinha raízes no País, tendo a primeira confraria do mesmo nome sido fundada em 1484. Nos finais do século XVII, o papa Inocêncio XI determinara que a respectiva festa se celebrasse no primeiro domingo de Outubro. Mas foi Leão XIII, no derradeiro quartel do século XIX, quem impulsionou a devoção, ordenando⁷³ que o mês de Outubro lhe fosse especialmente dedicado.

As cerimónias religiosas do Rosário eram diárias e demoradas. O povoamento rural era disperso e os trabalhos agrícolas, em Outubro, absorventes. Para fazer face a estes óbices em muitas aldeias, o horário de culto era transferido então para as primeiras horas da manhã. Em Santa Catarina, o pároco — que introduzira a devoção do Rosário em 1887 — marcava-o para as 4 horas, tocando os sinos por volta das 3, dada a distância a que ficavam da sede da freguesia muitos dos aglomerados populacionais⁷⁴. Mês escolar, a incidência de tais práticas era avaliada negativamente pelo professor primário, membro de um grupo onde, aliás, a ideologia republicana ganhara adeptos. Na partilha local de influência, a concorrência entre pároco e professor primário era frequente.

É neste quadro, assim tipificado, que explodem os acontecimentos de Santa Catarina, no dia 10 de Outubro de 1910.

A 11, o administrador do concelho responde por ofício ao pároco. Os termos em que o faz são bem reveladores: «Cumpre-me dizer que não posso concordar com os usos e costumes que representam a perturbação do sossego de muitos ou poucos paroquianos dessa povoação e acho pouco moral, e verdadeiramente reprovado pelos preceitos da higiene física e moral, que se obrigue ou dê lugar, a tais horas da madrugada, e se arraste, embora por motivos morais e religiosos, tão grande número de pessoas como aquele a que se refere [200 a 300].» Correia reporta-se em seguida aos actos de vandalismo praticados e incita o padre a investigar a respectiva autoria. Critica o fanatismo religioso, aludindo ao analfabetismo e à ignorância, que originariam «falta de compreensão dos deveres morais e civis», dos cidadãos.

Mas, perante a gravidade dos factos — destruições num edifício público e ameaças à segurança dum funcionário do Estado⁷⁵ —, o administrador vê-

⁷² Antigo concelho dos coutos de Alcobaça, Santa Catarina foi integrada como freguesia no concelho das Caldas em 1836. Distante da vila cerca de 15 km, era das mais densamente povoadas freguesias caldenses.

⁷³ Entre 1883 e 1901, Leão XIII publicou sobre o tema uma dezena de encíclicas. Ver entrada «Rosário» na *Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. XXVI.

⁷⁴ À freguesia de Santa Catarina devia corresponder uma área de cerca de 29 km².

⁷⁵ Invocando esse mesmo argumento, o professor tinha, aliás, abandonado a escola e a freguesia, exigindo providências.

-se forçado a intervir directamente. Através do Governo Civil, requisita uma força militar, a qual, de Aveiro, chega às Caldas a 13, dirigindo-se de imediato para a freguesia em causa.

Com a povoação militarmente ocupada, o administrador levanta auto da ocorrência, registando declarações de testemunhas. No dia seguinte improvisa um comício, dizendo «ao povo que era mister entrar numa vida nova, que a religião não era incompatível com a República, que havia tempo para trabalhar e para rezar, mas que os exageros são sempre prejudiciais e que em Santa Catarina se observava grande fanatismo e que as mulheres, em vez de cuidarem dos serviços de suas casas, dos deveres domésticos, passavam o tempo na igreja, desde as 3 horas e meia da manhã até às 10 horas [...] como ele tinha averiguado. Isso representava um excesso de religiosidade, condenado pelos bons princípios e pela própria religião»⁷⁶.

Tendo-se assegurado de que a tropa agia «com prudência»⁷⁷, Correia manda-a regressar às Caldas a 15, sábado. Mas de novo os acontecimentos se precipitaram. O pároco abandona a freguesia e a Comissão Paroquial republicana, «em reunião secreta», segundo comunica, resolve «expulsá-lo sem mais delongas».

A 16, domingo, os fiéis de Santa Catarina ficam privados de serviço religioso. Os ânimos aquecem. Temendo o pior, a Comissão Paroquial solicita, a 18, providências. Requer uma diligência junto do ministro da Justiça e Cultos no sentido de o pároco do Vimeiro⁷⁸ tomar a seu cargo Santa Catarina. Correia consulta o governador civil, que, a 19, responde, desaconselhando a medida proposta pela Comissão Paroquial. Avisadamente, escreve: «O homem [refere-se ao pároco] provavelmente quer com a sua ausência provar demonstrações de simpatia; os contrários [refere-se à Comissão Paroquial], com as suas exigências de missa e substituição dele, estão a fazer-lhe o jogo. Em vésperas de Separação não se deve mexer nos ministros do culto. O povo poderá ir à missa a outras freguesias e o Governo com certeza não se quer meter em casos de consciência.»⁷⁹

Era este também o entendimento do administrador. No caso de Santa Catarina avistou-se com o padre, obtendo dele a garantia de reocupação de funções. Recusou-se igualmente a ordenar ou sancionar buscas domiciliárias para a detenção de membros do clero supostamente foragidos. Os radicais não lho perdoaram.

4.3 A QUESTÃO DA «ADESIVAGEM»

Nos dias subsequentes à proclamação da República, a corrida à inscrição no Partido foi considerável: quase três centenas de novos filiados. Alguns eram já simpatizantes que, por receio de represálias, o não tinham feito antes. Embora bastantes nomes monárquicos tenham passado a fazer parte do cadastro local do Partido Republicano, as figuras gradas dos partidos rotativos e suas dissidências guardaram-se desse acto formal.

⁷⁶ J. M. Correia, ms. cit.

⁷⁷ «Os soldados», escreve J. M. Correia no seu manuscrito, «tinham grande empenho em que fosse preso o pároco da freguesia e todos os fanáticos, mas eu pedi ao oficial que recomendasse toda a prudência aos soldados, que realmente se portaram com a maior disciplina.»

⁷⁸ Povoação vizinha, já do concelho de Alcobaça.

⁷⁹ Transcrita em J. M. Correia, ms. cit.

Isto não significa que não tivessem dado sinal de «adesivagem». Fáloliam, até, com celeridade. Mas, por motivos de índole mais social que provavelmente política, evitaram pudicamente abonar a sua assinatura a uma organização em que pontuavam apenas «artistas e trabalhadores».

O movimento de «adesivagem» cruza-se, pois, com as fracturas sociais locais, e bem assim com as fracturas políticas do republicanismo entre moderados e radicais, antigos e modernos.

O crescimento súbito do Partido marginaliza os antigos influentes republicanos, «históricos», pelo inesperado advento de uma massa activista, decerto menos politizada, mas mais próxima dos líderes radicais, que apelavam a um firme combate ao caciquismo, ao clericalismo e, em geral, aos adversários do progresso⁸⁰.

Passadas as primeiras horas de estupefacção e de temor por represálias que, aliás, se não consumaram, as *élites* monárquicas locais remeteram-se a uma prudente atitude de não hostilidade para com o novo regime. Na sua edição de 11 de Outubro, *O Círculo das Caldas*, periódico afecto ao Partido Progressista, afirma: «Somos, dos vencidos, os mais humildes; curvamo-nos pois perante os vencedores, a quem não podemos negar o nosso reconhecimento pela forma generosa por que para connosco procederam. Mostraram-se portugueses de lei; assombrosamente heróicos na luta, foram grandiosamente humanos na vitória.» Para quem, na véspera, acoimara o Partido Republicano de bando de traidores e anarquistas, não se podia ser mais contemporizador.

Mas o mesmo barómetro dava ainda indicação de mudança mais acentuada, ao convir que «a consolidação da República é um facto comprovado pelas adesões daqueles que tinham jurado defender a Pátria e o rei e pelos protestos de lealdade dos próprios que devem a posição, o prestígio e a fortuna ao velho regime».

E, na edição de 21 de Outubro, *O Círculo* põe, preto no branco, aquilo que estas palavras já deixavam adivinhar. O fundo do jornal intitula-se: «*O Círculo das Caldas* republicano». Nele se declara, peremptoriamente, que «aderimos com toda a vontade ao novo regime e que, caso ele se não desvie do brilhante caminho que encetou, defendê-lo-emos com o mesmo calor e sinceridade com que defendemos a Monarquia». Tal disponibilidade não significa, adverte, a descabida pretensão de os que agora aderem se sobreporem àqueles a quem justamente cabem todos os louros da nova situação.

Os «adesivos» não se quedarão, porém, pela expectativa e pelas manifestações de cordial aceitação da vitória republicana. Mantidos à margem do processo de ocupação do poder municipal, de que são desalojados, apostam na defesa de outras posições adquiridas e entram na luta política, dando conteúdo à «política de atracção» que os seus adversários de ontem — e, afinal, de hoje — não dão mostras de perfilhar. A demissão de Joaquim Manuel Correia, no princípio de Novembro, e a sua substituição por Artur Leitão proporcionar-lhes-ão a oportunidade⁸¹.

⁸⁰ Termos caros a Artur Leitão nos seus discursos. Cf. J. M. Correia, ms. cit., *O Mundo* de 10 e 12 de Outubro e *O Círculo das Caldas* de 19 de Novembro de 1910.

⁸¹ Correia, é certo, retira-se totalmente da actividade política. Mas a sua demissão, deixando o caminho livre aos radicais e modernos — no Partido, na Câmara e na administração do concelho —, faz com que antigos, moderados e históricos tendam a privilegiar o seu relacionamento político com os adesivos.

Embora não tivesse sido possível precisar a data, foi em meados de Novembro que, em reunião efectuada com a presença de adesivos e alguns republicanos moderados⁸², se avançou a proposta de constituição de um novo clube republicano. A reunião ou reuniões decorreram em instalações do Hospital, onde tinha sede o já referido Triângulo maçónico local⁸³.

A edição de 19 de Novembro de *O Círculo das Caldas* anunciava para o dia seguinte (o que acabou por se não consumir) a chegada à vila de uma delegação do Directório. Ela deslocar-se-ia às Caldas «na espinhosa e louvável missão de congregar os republicanos actualmente em evidência com os antigos e leais republicanos que, por motivos que nos abstermos por agora de discutir, foram excluídos da direcção dos negócios públicos e apontados ao Directório como elementos dissolventes, vendo-se por isso obrigados a afastar-se de quem os repelia, formando o 'Centro Miguel Bombarda', onde desafogadamente, como desmentido a falsas afirmações, possam trabalhar a favor duma causa que sempre defenderam com sinceridade e dedicação».

Habilmente, o articulista⁸⁴ insere o dissenso republicano entre «antigos» e «modernos», e não entre «históricos» e «adesivos». Sugere que o Centro Miguel Bombarda é obra de antigos e moderados. E implicitamente afirma que o Centro recém-criado se destina a acolher todos aqueles que se encontrem ou venham a encontrar-se incompatibilizados com os dirigentes republicanos locais «actualmente em evidência».

Aos «adesivos» ficava a faltar a presença autorizada numa manifestação pública, através da qual, simbolicamente, vissem reconhecida a sua recente conversão política. A ocasião surgiu a 23 de Novembro. Nessa data é levada a cabo uma homenagem, nas Caldas, a um dos heróis da Rotunda⁸⁵, cujos familiares eram caldenses. A comissão promotora, afecta ao Centro em gestação, encarrega de, em seu nome, fazer o elogio do homenageado o director de *O Círculo das Caldas*.

⁸² Designadamente um grupo de militantes que havia sido derrotado pela lista de Duarte e Pereira nas eleições para a Câmara levadas a cabo para aplicação do diploma de 8 de Outubro.

⁸³ A acusação de que o administrador do Hospital propiciava a utilização de dependências para a Maçonaria é objecto de correspondências locais para periódicos lisboetas, como o *Diário Ilustrado*, em 1908 e 1909. Refere-se-lhes Cimbron no seu «Relatório do director do Hospital Rainha D. Leonor» de 9 de Março de 1911, in «Copiador n.º 15» (21 de Janeiro de 1910 a 20 de Agosto de 1912), *Arquivo Histórico do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha*.

⁸⁴ José Pedro Ferreira, barbeiro e fiscal interno do Hospital, 40 anos, membro do Partido Progressista e antigo vereador. Com João António Duarte fundara, em 1893, *O Círculo das Caldas*, de que foi director desde essa altura até 1918. Durante a República militou no Partido Evolucionista e foi eleito deputado.

⁸⁵ Tratava-se do sargento-ajudante de artilharia n.º 1 Artur Sangreman Henriques, promovido, após a Revolução, a tenente do corpo de almoxarifes. Era irmão do líder regenerador local P.º Constantino Sangreman Henriques, presidente da Câmara derrubada a 6 de Outubro e capelão do Hospital, além de pároco da vila. Foi este quem presidiu à cerimónia de homenagem.

Mas o acto promovido pelos moderados revela sentido de oportunidade por uma razão mais. O pai do novel tenente era funcionário da Câmara e sentira-se atingido pela exigência de sindicância apresentada por António Duarte. Em consequência, solicitara ele próprio suspensão de funções. Em defesa da sua honra, acorreu o herói da Rotunda, com uma violenta carta à administração do concelho, protestando vivamente contra as atitudes de Duarte. Como refere J. M. Correia, ms. cit., tal carta, de princípios de Novembro, dera brado.

5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

Entra-se, a partir de então, numa fase de progressiva institucionalização das fracturas políticas. Dois clubes republicanos, dois periódicos, dois centros de gravidade política. Duas estratégias locais, com desenvolvimentos distintos nos planos regional e nacional. A disputa da hegemonia entre ambas, ao longo dos primeiros meses do ano de 1911, culmina, como vimos, na apresentação de duas listas às eleições de Maio. Seguir-se-á a exploração política dos resultados obtidos nas urnas.

5.1 CENTRO ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS/CÂMARA

João António Duarte é eleito presidente na sessão extraordinária da Câmara de 3 de Janeiro. A vereação, no entanto, continua desfalcada de um elemento — um moderado que se recusava a ocupar o lugar deixado vago por Joaquim Correia. A actuação do novo presidente torna-se, porém, também ela, controversa no campo dos seus apoiantes iniciais. As suas relações com o administrador do concelho, Artur Leitão, agudizam-se progressivamente.

As divergências entre Duarte e parte da vereação manifestam-se a propósito de uma postura sobre «atravessadores do mercado», favorável aos compradores por grosso, e em que o presidente é posto em minoria (sessão de 10 de Dezembro de 1910). A deliberação suscita protestos da população urbana, com a entrega na Câmara de um abaixo-assinado em que cerca de 140 cidadãos reclamam a defesa dos direitos dos consumidores.

Duarte perde confiança nos seus colaboradores. Visivelmente, receia que o forcem à responsabilidade por atitudes excessivamente polémicas, máxime ilegais. Invariavelmente, passa a opor-se a toda e qualquer proposta que vá de encontro à legislação em vigor, com o argumento de que há que cumpri-la enquanto não for revogada. Contrapõem-lhe os seus opositores não ser devido acatamento das leis da Monarquia quando iníquas, pois foi para as anular que a Revolução se fez. Exemplos de casos a propósito dos quais as duas perspectivas se chocam: isenção, ou não, de pagamento de licença por parte dos taberneiros (sessão de 28 de Novembro); destruição do muro que, no cemitério, separa os enterramentos religiosos dos civis (sessão de 18 de Janeiro).

Na sessão de 1 de Fevereiro, Artur Leitão anuncia ter-se demitido. Pretextua divergências não especificadas com o governador civil. A Câmara vota-lhe louvor, contra o parecer de Duarte. Este, na sessão seguinte (8 de Fevereiro), é uma vez mais derrotado ao propor um voto de censura a Leitão pela forma descortês como se dirigira ao governador civil⁸⁶. De qualquer modo, a partir dessa data, Duarte acumulará interinamente, com as de presidente da Câmara, as funções de administrador do concelho.

A luta pela sucessão de Artur Leitão, agitando apaixonadamente a vida política local, arrastar-se-á por mais de dois meses. Em causa está a indicação pelas Comissões Municipais (uma nova comissão fora entretanto eleita

⁸⁶ A demissão de Artur Leitão permanece envolta em mistério. *O Mundo* de 3 de Abril de 1911 noticia que vai exercer a sua profissão clínica para a Beira, Moçambique.

A deterioração das relações pessoais entre Duarte e Leitão é também obscura. Joaquim Manuel Correia, no seu manuscrito, transcreve as peças mais importantes de um processo judicial de que se extrai a hipótese de abuso de confiança praticado por Leitão, envolvendo Duarte, em Janeiro de 1911.

a 24 de Dezembro) e Paroquial do Partido: Custódio Maldonado Freitas. Dado o desacordo que o seu nome suscita, o próprio governador civil mostra dúvidas⁸⁷ em aceitá-lo. Uma delegação do Directório⁸⁸ chega a tentar o impossível: compatibilizar os focos da tensão. Os apoios de Freitas são sólidos e aguerridos. A 22 de Março é-lhe dada posse como administrador do concelho, por entre os protestos do comércio local⁸⁹.

Quando se tornou candidato ao cargo, o chefe carbonário local acabava de ser eleito, pela primeira vez, para um organismo do Partido: a Comissão Paroquial. A Comissão Municipal, com uma composição política mais diversificada, mantinha elementos moderados e históricos. Mas Freitas fora eleito, em finais de Dezembro, presidente da direcção do Centro Almirante Cândido dos Reis, nessa altura fundado, por proposta de Artur Leitão, como alternativa ao Centro rival, Miguel Bombarda. As duas estruturas — Centro Cândido dos Reis e Partido — imbricam-se, tendem a confundir-se, até porque partilham a mesma sede. A delegação do Directório vinda às Caldas aconselha a fusão dos dois Centros — solução que evitaria ao Partido a existência de um corpo político que em bloco não participa na vida partidária regular e constantemente invoca o número e a qualidade dos seus membros para pôr em causa as decisões tomadas nas assembleias gerais de militantes.

Teoricamente de acordo quanto à fusão, os Centros divergem profundamente quanto à forma de a alcançar. O Centro Cândido dos Reis propõe a dissolução de ambos e a constituição de um Centro que receberia a designação de Cinco de Outubro, com uma direcção paritária. Mas o Centro Miguel Bombarda exige a pura e simples dissolução do seu concorrente, declarando-se apto a acolher os respectivos sócios. Comprometia-se, é certo, a proceder a novas eleições, mas de acordo com os seus próprios estatutos⁹⁰.

Os representantes do Directório tinham também advogado a organização de um novo cadastro do Partido. Aparentemente, a iniciativa só é concretizada após o fracasso das negociações entre os dois Centros, em meados de Abril. O presidente da Comissão Municipal⁹¹ abre, na Câmara, um livro destinado a esse efeito. Os protestos a que dá origem são porém superiores às adesões que provoca. Antigos e históricos recusam a inscrição, com o argumento de não reconhecerem ao seu autor legitimidade para assinar o termo de abertura. Na prática, não querem diluir-se num rol cuja ordenação cronológica passa a ser completamente arbitrária⁹².

⁸⁷ A maioria de um voto que indigitou Freitas é tão escassa que o governador civil requer às Comissões nova votação. Estas colocam o problema às bases, o que reforça Freitas. O governador civil não aceita a deliberação, por a matéria não ser da competência da assembleia geral, mas das Comissões. Só a 9 de Março a deliberação é formalmente ratificada. Entretanto, ao Governo Civil chegam cartas de protesto contra a hipótese de nomeação de Custódio Freitas: de um dirigente moderado e histórico (Eduardo Neves), do regedor de Salir de Matos e de mais 67 cidadãos. Ver, sobre a questão, *O Mundo* de 25 de Fevereiro, 23 e 27 de Março e 2 e 6 de Abril de 1911; *O Círculo das Caldas* de 20 de Fevereiro e 2 de Abril de 1911; *Leiria Ilustrada* de 4 e 23 de Fevereiro, 25 de Março e 1 e 8 de Abril de 1911.

⁸⁸ Diligência efectuada por Cupertino Ribeiro e Silva Barreto a 20 de Fevereiro de 1911.

⁸⁹ 26 comerciantes locais apelam ao encerramento do comércio no dia da tomada de posse do novo administrador. Registraram-se tumultos, segundo os relatos da imprensa.

⁹⁰ *O Mundo* de 13 de Abril de 1911.

⁹¹ Faustino de Castro, médico, de 57 anos, antigo elemento do Partido Progressista, filiado no Partido Republicano após a Revolução.

⁹² *O Mundo* de 17 de Abril de 1911. De facto, a prática partidária tinha sido, até então, a de só admitir ao sufrágio interno «os cidadãos que até ao 5 de Outubro se tivessem inscrito em qualquer organização do Partido» (cf. *Direito do Povo* de 15 de Janeiro de 1911).

Entretanto, a posição de Duarte na Câmara enfraquece cada vez mais. Perde votações sucessivas⁹³. No Partido, e particularmente no Centro Cândido dos Reis, a sua acção é contestada. A 3 de Maio preside, pela última vez, a uma sessão camarária. Por ironia do destino, em causa está uma proposta de exoneração de um fiscal de impostos. O presidente, seu autor, é derrotado.

Mas o principal pomo de discórdia parece residir no facto de António Duarte ter começado a apoiar, quando não a encabeçar, uma série de reivindicações de índole localista⁹⁴, que os adversários de agora sistematicamente julgam extemporâneas.

Com a incompatibilização declarada entre o presidente e a maioria da vereação, à assembleia geral do Partido só resta requerer ao governo civil a substituição da Câmara. Fá-lo a 4 de Maio. A 5 indica o novo elenco: 4 nomes transitam da comissão anterior⁹⁵. Tomam posse dez dias antes das eleições legislativas, a 18 de Maio.

5.2 CENTRO MIGUEL BOMBARDA/HOSPITAL

O complexo hospitalar da vila abrangia duas unidades: o Hospital Civil de Santo Isidoro, fundado em 1862 com base num legado particular, e o Hospital Termal Rainha D. Leonor, cujas origens remontam ao último quartel do século XV. Sob um direcção centralizada, organicamente dependente do Ministério do Interior, tal complexo dispunha de um considerável património imobiliário (edifícios de serviços e de habitação, um extenso parque e mata, terras de cultivo) e diversos equipamentos de desporto e recreio ligados à animação da vida termal. Se bem que a ele se não reduziu, o termalismo constituía o fulcro da actividade hospitalar nas Caldas. Integravam-se ainda no complexo todas as capelas da vila, bem como a igreja matriz. Do seu quadro de pessoal faziam parte dezenas de funcionários, desde médicos a enfermeiros e farmacêuticos, oficiais de secretaria, pedreiros, guardas florestais, jardineiros e trabalhadores rurais.

Na segunda metade do século XIX, e em especial no seu derradeiro quartel, o termalismo caldense recebeu um impulso poderoso. Entre 1888 e 1896, sob a administração do Eng. Rodrigo Berquó, as instalações hospitalares foram ampliadas e modernizadas. A Lisboa *fin de siècle* intelectual, cortesã, financeira e política desaguava nas Caldas nos meses de Verão. Em consequência, o sector de comércio e serviços da vila desenvolveu-se e, com ele, o *hinterland* rural. O ritmo de urbanização acelerou-se bruscamente⁹⁶.

Em 1910, após o 5 de Outubro, o director do Hospital, Augusto Cimbron Borges de Sousa⁹⁷, tremeu. Considerado, conjuntamente com Sebas-

⁹³ A contestação ao presidente, na Câmara, sobe de tom após a tomada de posse de Custódio Freitas. Duarte é criticado, posto em minoria ou impedido, devido a votações empatadas, de tomar decisões nas sessões camarárias de 31 de Março e 5 e 26 de Abril de 1911.

⁹⁴ Entre elas: a colocação nas Caldas de um regimento e a transferência para a vila da sede do Distrito Militar de Recrutamento e Reserva, a permanência caldense da sede e designação do círculo eleitoral, o apoio financeiro da Câmara a uma recepção aos participantes no Congresso de Turismo realizado em Lisboa.

⁹⁵ O novo presidente da Câmara, João Carlos de Ornelas Cisneiros, é um agrónomo de 60 anos, republicano «moderno».

⁹⁶ Entre 1864 e 1878, o índice de urbanização ronda os 20 %. Em 1890 quase atinge 30 %.

⁹⁷ Médico, açoriano, 44 anos, da família de Hintze por casamento. Acabou por ser afastado da direcção do Hospital, mas só em 1918, radicando-se então na Figueira da Foz. Depois da Revolução aderiu à República, militando no Partido Evolucionista. Chegou a ser eleito para o Parlamento.

tião de Lima, um dos mais importantes «caciques» locais, os activistas republicanos tinham-no em mira. Tudo fizeram para o abater.

A gestão de Cimbron estava longe de ser pacífica⁹⁸. O cargo era, logicamente, apetecido⁹⁹. E, se bem que se tivesse apressado a declarar-se aderente do novo regime, o pedido de sindicância aos seus actos, endereçado ao ministro do Interior, não se fez esperar. Cimbron era nele particularmente acusado de nepotismo e corrupção¹⁰⁰.

Terá de reconhecer-se que a defesa de Cimbron se não apresentava fácil. Decerto lhe coube boa parte da iniciativa da criação do Centro Miguel Bombarda, ao qual concedeu instalações em edifício do próprio Hospital, a chamada Convalescença. Não podia perder tempo. Não perdeu.

Em princípios de Dezembro de 1910 já se tinham filiado no Centro Miguel Bombarda, além do ex-regenerador Cimbron e do director de *O Círculo das Caldas*, ex-progressista, os correspondentes locais do *Diário de Notícias* e de *O Século* (este último também gerente da Fábrica Bordalo Pinheiro), bem como outras figuras ligadas ao comércio e serviços locais, entre os quais o proprietário da maior unidade hoteleira caldense.

Mas a mais significativa inscrição obtida nessa altura foi a de Francisco de Almeida Grandela. Comerciante de larga projecção nacional, republicano de longa data, com uma extensa folha de serviços prestados ao Partido, amigo pessoal de Artur Leitão e de Afonso Costa — que por diversas vezes recebera no seu palacete da Foz do Arelho¹⁰¹ —, Grandela trouxe ao Centro o prestígio, a influência e a caução do seu nome, além de uma excelente rede de contactos nos meios políticos da capital. Veremos como esta foi posta a funcionar, na perfeição, pouco tempo volvido. Com Grandela, também Sebastião de Lima, outro dos seus amigos, se filia no Centro Miguel Bombarda.

Durante os meses de Dezembro de 1910 e Janeiro de 1911 acorrem ao novo Centro — tal como sugerira e desejara *O Círculo das Caldas* — vários republicanos descontentes com a acção do Partido, entre os quais alguns históricos, como Eduardo Gonçalves Neves. O porta-voz dos radicais, fundado em fins de Novembro por António Duarte e Artur Leitão e intitulado *Direito do Povo*, acusa os trânsfugas de se mancomunarem¹⁰² com os

⁹⁸ Francisco José Machado, antigo deputado progressista pelo círculo das Caldas, denunciara na Câmara dos Pares, na sessão de 1908-9, diversas irregularidades da gestão de Cimbron. Uma sindicância então ordenada à sua administração parece tê-la ilibado parcialmente de responsabilidades.

⁹⁹ Efectivamente, não se tratava de um mero cargo de prestígio. Implicava, sobretudo após a experiência de Rodrigo Berquó, no seu estilo de intervencionismo local forte e personalizado (Berquó chegou a acumular os cargos de director do Hospital e de presidente da Câmara), uma real influência política. No seu opúsculo (*op. cit.*, p. 20), S. P. Danton resumia assim as razões pelas quais o lugar era ambicionado: «O lugar de director do Hospital é rendoso, é magnífico, não só pelo seu valor monetário, mas também pelo seu valor político; por isso ele é cobiçado, ambicionado, e finalmente a pedra basilar que constitui o edifício da política monárquica, porque representa a supremacia nas eleições locais e também a tutela de milhares de pessoas que dele vivem.» Consequentemente, acrescenta, «ele é a causa do regime de todas as divergências locais».

¹⁰⁰ Ocupava, dizia-se, o Palácio Real, tinha um ordenado de 900\$000 réis anuais, levantava-se às 11 horas da manhã, dispunha de uma cerca onde colhia frutas, hortaliças, pasto e lenha, recorrendo a mão-de-obra paga pelo Estado, além de um lago no parque com barcos para os filhos se divertirem, etc., etc. (Cf. S. P. Danton, *op. cit.*, pp. 22-31.)

¹⁰¹ Povoação, junto à praia do mesmo nome, a 10 km de Caldas da Rainha.

¹⁰² O primeiro número de *Direito do Povo* é de 20 de Novembro. Não me foi possível encontrar uma colecção completa do periódico. Os pontos de vista nele defendidos podem ser conhecidos indirectamente através da polémica que alimentou com *O Círculo das Caldas*.

talassas. Em resposta, estes promovem uma solene evocação do 31 de Janeiro.

Assim, em meados de Fevereiro de 1911 pôde o Centro Miguel Bombarda constituir os seus corpos gerentes, com Grandela na presidência da assembleia geral e Neves na presidência da direcção. A inauguração oficial ocorreu a 12 de Março, com a presença de um luxuoso lote de convidados: José de Castro, membro do Directório e grão-mestre adjunto da Maçonaria, França Borges, director de *O Mundo*, e Tomás da Fonseca, escritor e chefe de gabinete do ministro do Fomento.

Até então conseguira este Centro desfeitear os ataques dos radicais e carbonários à administração do Hospital. António José de Almeida teria hesitado bastante em satisfazer o pedido de sindicância apresentado por Freitas, em nome do Centro Cândido dos Reis. Por um lado, a política que prosseguia, à frente do Ministério do Interior, era extremamente cautelosa em matéria de saneamentos¹⁰³. Por outro, mantinha, ao que constava, relações de amizade com Cimbron, de quem fora colega nos bancos da Universidade¹⁰⁴. Os carbonários reagiram com ameaças de recurso à violência perante a dilação do ministro¹⁰⁵. Este acabou por nomear uma comissão encarregada de elaborar um relatório sobre a situação do Hospital¹⁰⁶. A Comissão permaneceu na vila cerca de duas semanas, no mês de Fevereiro. Solicitou a opinião da Associação Comercial e Industrial¹⁰⁷ sobre o destino a dar ao Hospital¹⁰⁸, mas Cimbron não foi suspenso, como queriam os seus opositores.

Aliás, Cimbron, que tinha experiência de sindicâncias e de relatórios, serviu-se deles como pretexto para negar provimento a todas as solicitações que a Câmara lhe endereçou: desde a pura e simples cedência da Convalescença para instalação do tribunal da comarca, até à concessão de um terreno para uma carreira de tiro. E, quando a Comissão Paroquial republicana lhe requereu um edifício para o Centro Almirante Cândido dos Reis,

¹⁰³ Cf. Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, p. 157.

¹⁰⁴ Cf. S. P. Danton, *op. cit.*, p. 38.

¹⁰⁵ *Id.*, *ibid.*, mesma página. O correspondente local de *Leiria Ilustrada* refere-se a acções intimidatórias produzidas por um comando secreto autodenominado Mão Negra. J. M. Correia, ms. cit., alude frequentemente à actuação do que designa por «poderes ocultos».

¹⁰⁶ Uma Portaria de 4 de Fevereiro do Ministério do Interior nomeia o médico Aurélio da Costa Ferreira e o professor da Escola Industrial Afonso Domingues, em Lisboa, Carlos Maria Pereira para «sindicar os actos da administração do Hospital das Caldas da Rainha D. Leonor e propor a reorganização dos serviços do mesmo estabelecimento» (*Diário do Governo* de 7 de Fevereiro de 1911).

¹⁰⁷ A Associação Comercial e Industrial Caldense tinha sido constituída em 27 de Novembro de 1902. Rafael Bordoal Pinheiro fora um dos seus promotores. As dificuldades de relacionamento entre a Associação e os radicais começaram logo a seguir ao 5 de Outubro, com a oposição daquela à deliberação tomada na Câmara de alterar os nomes das ruas da vila (vide nota 59).

¹⁰⁸ A direcção da Associação Comercial e Industrial pretendia que o Estado desse de arrendamento a particulares alguns dos mais importantes anexos do Hospital: o parque, a mata, o clube de recreio, etc. Uma corrente expressiva defendia que se fosse mais longe: o próprio balneário, isto é, as termas, deveria igualmente ser posto a concurso. Fora aliás nesse sentido que se pronunciara uma comissão nomeada pelo Governo, em Agosto de 1907, para propor modificações na organização e execução dos serviços e alterações no sistema de utilização e exploração do estabelecimento termal caldense. O relatório da comissão, composta, entre outros, por Alfredo da Costa, Ramalho Ortigão e visconde de Sacavém, relatório que foi concluído em Abril de 1909, foi publicado em apêndice ao *Diário do Governo* de 29 de Outubro de 1910.

em Fevereiro de 1910, pôs o imóvel pretendido em hasta pública, afectando-o a estabelecimento de pastelaria e café.

A partir de 12 de Março, o Centro Miguel Bombarda pode considerar-se indirectamente legitimado pelas cúpulas republicanas. De uma estratégia defensiva, passa à ofensiva. No dia seguinte, o presidente da respectiva direcção telegrafa ao governador civil a considerar inconveniente o nome indigitado pelas comissões republicanas para a administração do concelho. Como é sabido, a diligência não obteve resultados imediatos. Conseguiu, porém, outros efeitos políticos locais — ao colocar o Centro em condições de liderar a contestação do poder administrativo — e supralocais¹⁰⁹.

A decisão de realizar eleições criará a oportunidade de derimir o conflito. Na sua edição de 17 de Abril, o correspondente de *O Mundo*, depois de criticar a opção das comissões republicanas, profetizava: «Mas o mal não tem remédio. Conseguiram o administrador que queriam, mas descansem que não aquecerá o lugar, pois não há maneira de se manter uma autoridade que só dispõe do apoio duma parte do Partido. Aproximam-se as eleições, e então se verá quem tem valor político.»

5.3 A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO POLÍTICA

Os homens do Centro Cândido dos Reis, sob o impulso de um forte agrupamento carbonário, tinham-se assenhoreado da Câmara e da administração do concelho. Tal prioridade não podia deixar de estar na lógica da acção social e política de um partido que até então não acedera, nem de forma mitigada, ao poder local. Viram-se, contudo, rapidamente confrontados com uma situação em que a indisponibilidade de outros recursos políticos originou uma relativa neutralização da sua capacidade de iniciativa.

Subestimaram, provavelmente, a celeridade e eficácia de reorganização dos seus inimigos clássicos, os derrotados do 5 de Outubro. Não puderam evitar as dissensões e os abandonos nas suas próprias fileiras. Mas sobretudo terão sobreavaliado a força que supunham advir-lhes dos aparelhos administrativo e político supralocais. O apoio que o Directório do Partido lhes dispensou foi escasso e nem sempre atempado¹¹⁰ — insuficiente. A procurada articulação com o Governo, nomeadamente com os ministérios mais relevantes, como o do Interior, ou em foco, como o da Justiça, não foi estabelecida ou falhou. O Governo Civil — praticamente paralisado — assistia mais do que intervinha.

Fundaram um periódico local, mas os seus opositores contavam com outro, de mais fundada tradição e audiência, e tinham a seu favor os correspondentes dos mais importantes diários que se publicavam na capital,

¹⁰⁹ Registe-se a propósito a nota de redacção de *O Mundo* de 2 de Abril de 1911, na qual, acerca da nomeação do administrador de concelho das Caldas, defende que a existência de dois Centros, «ambos com republicanos históricos», apesar de só um deles ter o reconhecimento oficial do Directório, aconselharia que a personalidade escolhida para o cargo tivesse o acordo de um e de outro, «segundo os princípios democráticos».

¹¹⁰ O Directório, eleito no Congresso de Setúbal, em Abril de 1909, tinha entretanto sofrido remodelação profunda. Dois dos seus membros efectivos tinham sido chamados ao Governo e um terceiro era governador civil em Lisboa. Um quarto recusara-se a assumir funções e o quinto, Cupertino Ribeiro, fora o menos votado. Na prática, o Directório, após a Revolução, passou a ser formado por substitutos. [Cf. David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. 1 (1910-15), 1.ª parte, Lisboa, 1973, p. 34.]

do *Diário de Notícias a O Mundo*, de *O Século a A República*, bem como do mais influente periódico distrital, *Leiria Ilustrada*.

A margem de manobra da Câmara encontrava-se tolhida pelas parcas disponibilidades financeiras, no final de um ano económico e dealbar de outro. Acrescia que muitas das decisões aí tomadas necessitavam do aval do governador civil. Este, por sistema, adiava a sanção das medidas que lhe pareciam mais polémicas.

Do outro lado, a instituição oponente, sobre escapar ao controlo administrativo local e revolucionário¹¹¹, tinha ao seu alcance instrumentos de acção financeira e de influência económica e social expeditos e vultosos. Resistindo às tentativas de assalto jacobinas, logrou forjar, associando-o a si, um novo equipamento político adaptado às novas condições — o Centro Miguel Bombarda — e, com ele, uma articulação com os poderes centrais que aos radicais faltava.

O Centro Cândido dos Reis e a Câmara permaneceram prisioneiros de um dilema insustentável. A pressão dos interesses localistas, agenciados na Associação Comercial e Industrial, não esperou muito tempo para se tornar sensível e actuante, quando reformas administrativa, judicial e militar foram anunciadas. Fazer-se eco dessa pressão seria, para a Câmara e os radicais, colocar-se virtualmente em conflito com o Governo. Preferiram não correr esse risco. Mas tal opção alienou-lhes as hipóteses de mediação com Lisboa. Pouco a pouco perderam a possibilidade de ser reconhecidos como interlocutores válidos por parte desses interesses localistas — que se voltaram para o Centro Miguel Bombarda e o Hospital. O protesto simbólico do grande comércio local, encerrando as suas portas no dia da tomada de posse de Freitas, aí está para comprovar isso mesmo.

Mas vale a pena referir um episódio eloquentemente demonstrativo dos efeitos políticos que podem ser tirados da aproximação entre equipamentos de acção e agências de interesses.

A 28 de Março, a Associação Comercial e Industrial convoca os seus associados para debater as medidas a tomar em relação às projectadas reformas administrativa e judicial. Receia-se que elas favoreçam Alcobaça, com a transferência para esta vila da sede da comarca e da freguesia de Santa Catarina¹¹². Teme-se ainda que Bombarral, uma vez erguido à condição de concelho, anexe duas freguesias caldenses e que, se acaso Rio Maior também visse satisfeitas as suas pretensões a outras duas freguesias das Caldas, este concelho fique substancialmente reduzido geográfica e economicamente. A direcção da Associação convida para a reunião a Câmara, o Hospital, as Comissões Municipal e Paroquial republicanas, os dois Centros, a Associação de Socorros Mútuos Rainha D. Leonor, os Bombeiros Voluntários e a Associação dos Empregados do Comércio.

¹¹¹ Os deputados da maioria, nomeadamente Pires de Campos e Afonso Ferreira, farão no Parlamento frequentes intervenções sobre o Hospital das Caldas. A tónica dominante delas é a seguinte: o «desenvolvimento que pode e deve atingir» o estabelecimento termal não é compatível «com a administração centralizada na mão do Estado». Por isso proporão a desanexão do Hospital de Santo Isidoro, que ficaria sob tutela da Câmara, a entrega do balneário e restantes dependências a uma empresa concessionária, das capelas às corporações cultuais da vila, e a extinção da farmácia privativa, passando o fornecimento de medicamentos a ser efectuado mediante contrato com as farmácias caldenses. (Ver, por todas, intervenção de Afonso Ferreira na sessão de 14 de Março de 1912 da Câmara de Deputados.)

¹¹² Santa Catarina tinha sido, entre 1895 e 1898, integrada no concelho de Alcobaça. A questão apaixonara a opinião pública local.

A Comissão Municipal responde que não discute aqueles assuntos fora da sua sede. Apenas comparecem o director do Hospital, os Bombeiros, o Montepio D. Leonor e a direcção do Centro Miguel Bombarda.

As consequências não tardaram. Nesse mesmo dia 28 chegava Afonso Costa à Foz do Arelho, donde ia ultimar a Lei da Separação. Avisada por Grandela e Sebastião de Lima, a direcção do Centro Miguel Bombarda solicita-lhe uma audiência. A 29, acompanhada de uma delegação da Associação Comercial e Industrial, é recebida pelo ministro, a quem presta homenagem e faz entrega de uma petição. Afonso Costa discursa durante trinta e cinco minutos. Elogia Lima — a quem pedira colaboração na redacção da Lei — e responde que nada será feito pelo Governo que se traduza em prejuízo dos interesses caldenses.

Regressados, os emissários localistas propalam a boa nova aos quatro ventos¹¹³.

O lance seguinte é já conhecido: a apresentação de uma lista contra a oficialmente subscrita pelas estruturas do Partido Republicano. Eis como os seus promotores o justificaram, nas palavras de *O Círculo das Caldas*, edição de 24 de Maio de 1911: «O Centro Republicano Miguel Bombarda declara, num manifesto distribuído nesta localidade, que o seu procedimento teve principalmente por objectivo o protestar contra a forma arbitrariamente despótica como foram escolhidos os candidatos da lista [oficial] [...] deixando-se intencionalmente sem representação os concelhos das Caldas, Óbidos, Peniche e Pombal.» Tal atitude — acrescenta o jornal — testemunha, por outro lado, «a radicada convicção e sinceridade com que [o Centro Miguel Bombarda] defende os interesses da nossa região, que quer ver prosperar.»

5.4 A EXPLORAÇÃO DA VITÓRIA

Os resultados das eleições de 28 de Maio de 1911 colheram de surpresa os dirigentes locais e distritais do Partido Republicano. Avaliando mal a situação, tinham desvalorizado a força e a organização dos seus competidores. Reagiram com o característico azedume. Gaudêncio Pires de Campos, na edição de 3 de Junho de *Leiria Ilustrada*¹¹⁴, refere-se à campanha de Leão Azedo como tendo violado as normas democráticas e revelando traços das eleições monárquicas. Considera-a o exemplo de «subversão de princípios», «traição» e «má-fé». E avisa solenemente: «Nós teremos a mesma energia e isenção [com que combatemos a Monarquia] para combater os corruptos e videirinhos que tentam assentar arraiais entre os disciplinados soldados da República.» O antigo correspondente caldense do periódico

¹¹³ O acontecimento é noticiado, com grande destaque, em *O Mundo* de 30 de Março e 4 de Abril, em *Leiria Ilustrada* de 30 de Março e em *O Círculo das Caldas* de 2 de Abril. Cf. ainda o comentário despeitado de S. P. Danton, *op. cit.*, p. 42, atribuindo a manobra de antecipação do Centro Miguel Bombarda à acção de Grandela, de quem Afonso Costa era hóspede.

¹¹⁴ A elegibilidade de Pires de Campos foi contestada pela lista de oposição, que, através do advogado e figura grada da Maçonaria leiriense Paulino Costa Santos, ele próprio candidato, apresentou uma impugnação daquele nome pelo facto de ter desempenhado recentemente funções policiais, na qualidade de administrador do concelho de Leiria. Na altura em que comentava os resultados eleitorais, Pires de Campos, director de *Leiria Ilustrada*, ignorava as consequências da referida impugnação, mas depreende-se que admitia vir a ter provimento, o que não aconteceu. Ver, a propósito, *A República* de 27 de Maio de 1911 e *Arquivo Histórico Parlamentar*, secção e caixas citadas.

dico é afastado e substituído por alguém que, a 17 de Junho, escreve: «O Sr. Dr. Leão Azedo foi [...] escolhido para ser instrumento de ressentimentos e despeito dos monárquicos que querem reaver o poder que lhes fugiu das mãos.»

A conquista do quarto lugar no círculo, a escassas centenas de votos da maioria, teve o sabor de uma retumbante vitória para o Centro Miguel Bombarda e de uma amarga derrota infligida aos dirigentes do Partido. Para os *soit disant* vencedores tratava-se então de tirar o máximo de efeitos dos resultados. Reinava a perturbação e a dissensão nas hostes daqueles a quem davam combate político.

Cinco dias volvidos sobre a realização do acto eleitoral, *O Círculo das Caldas*, sob o título «Derrota monumental», afirmava: «Ficou eloquentemente demonstrado que esses homens que a política distrital e o Directório têm atendido e revestido de força, desde a implantação da República, com o manifesto desprezo pelos mais antigos e considerados republicanos caldenses, não têm da opinião pública o indispensável apoio para continuarem a envergonhar este concelho com as grotescas exibições dum mando para que não possuem autoridade nem qualidades.»

O mote estava dado, sem perda de tempo, para a campanha subsequente: desalojar os radicais dos lugares que ainda ocupavam.

Os acontecimentos precipitam-se com a demissão, anunciada também a 3 de Julho, do governador civil¹¹⁵. Será substituído por uma personalidade¹¹⁶ da confiança dos moderados e do ministro do Interior. Envolver-se-á, pessoal e directamente, em finais do mesmo mês, na organização do que na altura foi designado por «um novo partido distrital»¹¹⁷ e que outra coisa não era que o primeiro tentame do futuro Partido Evolucionista¹¹⁸.

Em Julho é a vez de Custódio Freitas abandonar a administração do concelho. Sucede-lhe um juiz, não caldense. Em Outubro de 1911, o cargo é ocupado pelo administrador substituto do tempo de Joaquim Manuel Correia, figura proeminente do Centro Miguel Bombarda¹¹⁹. Finalmente, nesse mesmo mês, é nomeada uma nova vereação para a Câmara das Caldas. O antigo director da Escola Industrial e presidente da direcção do mesmo Centro, Eduardo Gonçalves Neves, ocupa a presidência. Manter-se-á em funções até 10 de Agosto de 1914. Mas, entretanto, Neves, como a maioria do Centro Bombarda, excepção feita a Cimbron, julgara conveniente transferir armas e bagagens para o recém-formado Partido Democrático. Essa é já, porém, outra história...

¹¹⁵ José Eduardo Raposo de Magalhães considerou-se desautorizado pelo facto de o Ministério do Interior ter enviado delegados seus, a pedido da lista de opposição, a algumas assembleias de voto, sem o seu conhecimento formal. Cf. *O Imparcial* de 4 de Junho de 1911.

¹¹⁶ Inácio Verissimo de Azevedo, até então presidente da Câmara de Leiria.

¹¹⁷ Nas reuniões, realizadas em Leiria, participam delegados caldenses. Entre eles, o director do Hospital e o director de *O Círculo das Caldas*.

¹¹⁸ O manifesto do Partido Republicano do distrito de Leiria data de 8 de Julho de 1911. Entre as personalidades que o assinam, integrando a comissão organizadora do novo agrupamento político, encontram-se o governador civil, o deputado pelo círculo n.º 29, Ribeiro de Carvalho, e o candidato da opposição pelo círculo n.º 30, Paulino da Costa Santos. Nos considerandos do manifesto pode ler-se que, «terminado o período revolucionário, entrando o País em perfeita normalidade constitucional, deixou de haver republicanos velhos e republicanos novos», e que, «com a abertura da Assembleia Constituinte [a 19 de Junho], o antigo Partido Republicano Português findou a sua missão histórica». Ver *O Radical* de 13 de Julho de 1911.

¹¹⁹ Adelino Pereira Gomes, advogado, de 27 anos.

6. CONCLUSÕES

Quem ganhou as eleições de Maio de 1911 no círculo n.º 30? Os republicanos — a República —, apesar de tudo, sob cuja bandeira aceitaram competir até mesmo os seus adversários de véspera? A questão não é ociosa, nem colocada com deliberado cinismo.

Para o caso estudado resulta claro que a presença republicana na província, antes do 5 de Outubro, era débil, mas estava longe de ser meramente simbólica. Materializava-se em clubes, jornais, por vezes em centros escolares — equipamentos de custo social evidente. Dera-se a conhecer em campanhas eleitorais, algumas delas de âmbito municipal — sem dúvida, as de maior dificuldade e risco político para os núcleos partidários locais. Limitava-se, é certo, aos meios mais urbanizados, mas nestes, tanto quanto é possível apurar, a sua expressão ia em paralelo com a densidade das instituições locais e com a intensidade da vida social. Estava confinada à pequena e média burguesia das vilas, que constituíam, afinal, os estratos mais receptivos às ideologias igualitárias, democráticas no limite.

As estruturas sociopolíticas republicanas locais haviam-se batido, para usar a terminologia de Maurice Agulhon¹²⁰, contra as estruturas «verticais» do conservadorismo fundadas no patrocínio. Nesse litígio vivido com dramatismo retórico — mas também, embora menor, social —, o fenómeno da urbanização sem industrialização, nas suas diversas condicionantes e implicações, no Portugal de finais do século XIX e princípios do século XX, não parecia soprar a seu favor?

O crescimento urbano articulava-se predominantemente com uma relativa hipertrofia das funções mercantis, gerando pólos locais e regionais de comércio agrícola e agro-pecuário. Com raras excepções, não estamos perante as urbes fabris contemporâneas. A realidade está mais próxima do modelo delineado por Braudel para as cidades do mundo económico moderno¹²¹. Vilas que organizam o espaço rural circundante — quase inerte, nostálgico, «subdesenvolvido». Mais livre é o ar que nelas se respira. Mais tolerante e mais diversificado. E, conseqüentemente, mais desigual.

A Revolução foi, para estes apóstolos provinciais do progresso e da igualdade, de todo em todo inesperada e precoce. Colhidos de surpresa, receberam no dia 6 de Outubro a incumbência de se ocuparem de poderes cujos cordéis sempre tinham estado nas mãos de um punhado de «caciques, padres e burocratas».

Que fazer então dos inimigos prematuramente derrotados — que se aprestavam a ingressar nas próprias fileiras dos vencedores? Recebê-los ou rejeitá-los, atraí-los ou aterrá-los? Uma terceira possibilidade que chegou a ser tentada, mas cedo inviabilizada, só deixou lugar àquelas duas. Podia ser definida nos seguintes termos: controlar a situação, ganhar tempo. Evitar a proliferação de conflitos, consolidar posições no aparelho administrativo, aguardar a obra da reforma e suas repercussões virtuosas. Agulhon admite que o «patrocínio democrático» possa funcionar como etapa intermediária na passagem da estrutura «vertical» à horizontal¹²². Não

¹²⁰ Maurice Agulhon, *La République au Village. Les populations du Var de la Révolution à la II^e République*, Paris, 1979, pp. 471-483.

¹²¹ Fernand Braudel, *Civilization Matérielle, Économie et Capitalisme*, vol. III: *Le Temps du Monde*, Paris, 1979, pp. 17-25.

¹²² *Op. cit.*, p. 480.

seria esse o desiderato protagonizado por Joaquim Manuel Correia e outros republicanos «históricos»?

Tempo, porém, foi aquilo de que não dispuseram (ninguém dispôs) nos meses que se seguiram à Revolução. Os «históricos» caldenses do Partido foram rapidamente ultrapassados pela iniciativa da base, animada pela Carbonária, cuja organização praticamente ignoravam e estavam impossibilitados de avaliar e compreender. Os carbonários tinham querido a Revolução, não a achavam temporã.

O activismo radical urbano, que depressa encontrou e promoveu os seus próprios líderes, assenhoreando-se sem dificuldade da estrutura partidária, era menos seduzido pelo ideal burguês da democracia, assente nas grandes reformas da instrução e da administração públicas, do que por objectivos mais imediatos e expeditos: cargos e empregos na burocracia, promoção económica e social.

O tecido das solidariedades locais e destas com o Estado foi rompido com a Revolução. Foi substituído por exorcismos anticacique geralmente ouvidos, em discursos tonitroantes, como a antecâmara da reforma administrativa. A ameaça não foi cumprida: o Governo limitou-se a repor em vigor o Código Administrativo de 1878, sublinhando a sua «orientação liberal e democrática»¹²³. Mas, enquanto durou, imagine-se a perturbação que causou na província: autonomização das freguesias, remodelação dos concelhos (supressão de uns e criação de outros) concebidos como federações de paróquias, fim dos distritos, restabelecimento das províncias enquanto circunscrições administrativas. E forneceu a ocasião para o reagrupamento dos notáveis locais, já refeitos do susto dos primeiros dias¹²⁴.

A administração territorial portuguesa assentava no compromisso entre o Estado e esses notáveis. A centralização monárquico-liberal oitocentista nunca deixara de ser contratualizada. O sistema político-administrativo «rotativo» conferia uma margem não negligenciável de manobra a essas relações contratuais, com efeitos de *output*, mas também de *input*. A periferia sentia-se razoavelmente defendida por elas, em especial depois que conseguira anular as tentativas centralistas de João Franco de 1895 e de 1906.

Maus propagandistas da reforma, os radicais tinham cortado as pontes com os grupos de pressão localistas¹²⁵. Não as tinham, em alternativa, mais sólidas e aliciantes, com o novo poder central.

¹²³ *Diário do Governo* de 14 de Outubro de 1910.

¹²⁴ Afonso Ferreira, na edição de 27 de Novembro de 1910 de *Semana Alcobacense*, escreve: «A propósito da próxima reforma administrativa, surgem de todos os lados, como os cogumelos em tempo húmido, as reclamações, os pedidos, os protestos, as representações. São ainda as raízes do escalracho monárquico a produzirem os seus inevitáveis rebentos. Havia na verdade de ter graça se o Governo da República fizesse ou deixasse de fazer o que lhe impõe a observância estrita do programa republicano e o respeito pelos bons princípios e... pelo bom senso, só para se mostrar agradável às pretensões tolas ou razoáveis que várias gentes se lembram de manifestar. Se assim fosse, seria caso para muito a sério perguntar para onde se sumira a Revolução e para meditar no fracasso, mais que estúpido, imoral, de tantas canseiras e tantos sacrifícios.»

¹²⁵ A opção pela «propaganda» é aliás reivindicada como traço distintivo da imprensa local republicana surgida após o 5 de Outubro, relativamente à que lhe preexiste. Veja-se como a questão é racionalizada no *Direito do Povo* de 11 de Dezembro de 1910: «Os semanários da província justificam a sua existência principalmente quando se dedicam a advogar os interesses da região que representam. Com a proclamação do sistema republicano que constitui agora a forma de governo do nosso país, que a todo o bom cidadão cumpre acatar e respeitar, não lhe criando embaraços, o dever das publicações do género da nossa que mais urgentemente se impõe à sua consideração é a educação do povo, tornando-lhe bem compreensível o caminho que o deve orientar.»

É necessário sublinhar uma vez mais as características iminentemente urbanas do «caciquismo» que prometiam irradiar. Recordemos alguns indicadores desse processo de urbanização que nas Caldas da Rainha arranca nos finais da década de 1870. Por essa altura, escreveu-se¹²⁶, a vila não passava de «uma povoação sertaneja», com os seus pouco mais de 2500 habitantes, quase tantos quantos os da freguesia rural mais populosa do concelho. Mas em trinta anos crescera 122%, duplicando a área urbana. A implantação da República entronca neste movimento, de que são causa e efeito factores demográficos, económicos, sociais e institucionais. Na Câmara eleita em 1908 e derrubada na manhã de 6 de Outubro tinham assento dois párcos, um deles rural, mas também homens ligados ao comércio e aos serviços. O administrador do concelho era um farmacêutico.

As eleições constituíram o ensejo para a reafirmação do peso contratual, momentaneamente desvalorizado, desses notáveis urbanos e para o ensaio, cautelosamente preparado, de «renegociação» da respectiva solidariedade com o Estado republicano.

A opção do Governo Provisório, em matéria de regime eleitoral, pode dizer-se que lhes facilitou o lance. Mantendo o recenseamento facultativo, o sufrágio restrito (sexual e capacitário) e os círculos plurinominais com representação de minorias, não era posto em causa nenhum dos mecanismos básicos experimentados durante a Monarquia. E não tinham as eleições constituído antes o momento privilegiado para o acerto centro-periferia, sob mediação dos notáveis locais?

O preço exigido aos antigos notáveis pela sua reinserção no sistema político-administrativo era, na circunstância, comportável. De bom grado aceitaram partilhar os seus recursos e influência locais com os quadros republicanos moderados. Preço bem mais preferível a uma promiscuidade e a uma subordinação, socialmente intoleráveis, aos radicais, cuja clientela era substancialmente outra.

Assiste-se assim, não a uma substituição pura e simples, mas a uma recomposição das *élites* locais. Registou-se, evidentemente, uma ou outra baixa, em especial entre os elementos de origem rural, já em declínio. As elevações compensaram-nas. A mobilidade política ascendente de raiz local é geralmente de percurso penoso e afunilado. Para o último a chegar, a tentativa de ser o primeiro a fechar a porta é, na prática, irresistível.

¹²⁶ José Pedro Ferreira, «Caldas há 50 anos», in *Album das Caldas*, n.º 1, Primavera de 1929.